

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Início da sessão: 21,10 horas**

**Términos da sessão: 24,30 horas**

**Membros que compareceram à sessão:**

José Manuel Dias Custódio  
Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio  
Ana Maria Teodoro Jorge  
Joaquim Manuel Nunes Barbosa  
António Alberto de Carvalho Santos  
Duarte Gonçalves (substitui Teresa Maria Farto Faria de Sousa)  
José António da Costa Tomé  
José Celestino Arnaut Monroy  
Júlia Maria Fernandes Alfaiate  
Joaquim Simões dos Santos  
João José Dias Ferreira  
Mário Ferreira Gonçalves  
Ana Maria Martins (substitui Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição)  
Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa  
Jorge Augusto Farto Faria de Sousa  
Luis António Marteleira Marques  
Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria  
José Manuel Levy da Silva Soeiro  
Alexandre Manuel de Jesus Maurício  
Maria Filomena de Jesus Miranda Frade

**E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:**

**União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:**

Pedro Manuel Marques Margarido

**União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:**

Edgar Ferreira dos Santos

**União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:**

Zita Maria Leitão da Silva

**Moita dos Ferreiros:**

Maria do Rosário Prazeres Silva Bento

**Reguengo Grande:**

Vítor Jorge Henriques Príncipe

**Ribamar:**

Pedro Alexandre Rato

**Santa Bárbara:**

Sérgio Dionísio Costa Ferreira

**Vimeiro:**

Rui Miguel Martins Santos

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

----- Aos 26 dias do mês de novembro do ano de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município de Lourinhã, pelas 21,10 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Lourinhã, em sessão extraordinária, anunciada a todos os membros da Assembleia Municipal.

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal: José Manuel Dias Custódio, Nuno Ricardo Ribeiro de Carvalho de Azevedo Sampaio, Ana Maria Teodoro Jorge, Joaquim Manuel Nunes Barbosa, António Alberto de Carvalho Santos, Duarte Gonçalves (substitui Teresa Maria Farto Faria de Sousa), José António da Costa Tomé, José Celestino Arnaut Monroy, Júlia Maria Fernandes Alfaiate, Joaquim Simões dos Santos, João José Dias Ferreira, Mário Ferreira Gonçalves, Ana Maria Martins (substitui Duarte Nuno de Sousa Parente e Fonseca da Conceição), Helena Maria Rodrigo Máximo da Costa, Jorge Augusto Farto Faria de Sousa, Luis António Marteleira Marques, Ana Catarina Bernardo Amaro Caxaria, José Manuel Levy da Silva Soeiro, Alexandre Manuel de Jesus Maurício e Maria Filomena de Jesus Miranda Frade.

E os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de:

**União de Freguesias Lourinhã e Atalaia:** Pedro Manuel Marques Margarido; **União de Freguesias de Miragaia e Marteleira:** Edgar Ferreira dos Santos; **União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo:** Zita Maria Leitão da Silva; **Moita dos Ferreiros:** Maria do Rosário Prazeres Silva Bento; **Reguengo Grande:** Vítor Jorge Henriques Príncipe; **Ribamar:** Pedro Alexandre Rato; **Santa Bárbara:** Sérgio Dionísio Costa Ferreira e **Vimeiro:** Rui Miguel Martins Santos.

Pela Câmara Municipal da Lourinhã estiveram presentes: Sr. Presidente da Câmara, João Duarte Anastácio de Carvalho, e os Srs. Vereadores Hernâni Santos, Fernando Oliveira, António Augusto Antunes, Carla Custódio, Vanda Oliveira e Vital Palmira do Rosário.

Verificada a existência de quórum, foi aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos.

Constituição da Mesa da Assembleia: Presidente: José Manuel Dias Custódio; 1º Secretário: António Alberto de Carvalho Santos e 2º Secretário: Júlia Maria Fernandes Alfaiate.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO DO PÚBLICO**

**Luís Gomes da Cruz – “As minhas dúvidas da Autarquia”:** Ponto 1 – A Advogada da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Joana Roque Lino: Referiu que embora esteja em curso uma investigação no Ministério Público a sua primeira questão prende-se com a avença que existe com a Dr.<sup>a</sup> Joana Roque Lino. É uma situação vergonhosa, onde foi feito um ajuste direto inarrável, tendo existido apenas uma candidatura e celebrado o contrato aquando da Presidência do Sr. José

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

Manuel Dias Custódio. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara: a) por quanto mais tempo ir-se-á manter este *regabofe*; b) se pretende fazer algo para desfazer esta situação. Ponto 2 – Parque dos Dinossauros: Considera que se trata de mais um embuste, antes das eleições, para enganar o povo, tendo provocado prejuízos de milhares de euros à autarquia com viagens à Alemanha, tudo isto feito sem seriedade. Pergunta sobre o ponto de situação deste processo. Ponto 3 – Pisoeste: Perguntou sobre o ponto de situação, mais concretamente, se continuam sem assumir as dívidas; Ponto 4 – IMI: Perguntou como ficou resolvida esta situação provocada pelo Partido Socialista e que adveio da incompetência e da irresponsabilidade da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Custódio e afins, com manifesto prejuízo para o município. Perguntou, ainda, se foi aberto algum inquérito interno para apurar responsabilidades ou não; Ponto 5 – Construção da Escola de Miragaia: Referiu que foi construída em terrenos de familiares do antigo Presidente da Câmara. Perguntou se é verdade que a Polícia Judiciária esteve nesta Câmara a investigar esta matéria. Perguntou também sobre a situação dos acessos à referida escola e os custos inerentes à respetiva construção. Ponto 6 – Tenista Gastão Elias: Referiu que o referido tenista, oriundo da Lourinhã, recentemente venceu dois torneios internacionais e nem lhe foi endereçada uma palavra de gratidão.

Após a existência de alguns ânimos exaltados no decurso e após a conclusão da respetiva intervenção entre o munícipe Luis Gomes da Cruz e o membro da Assembleia Mário Gonçalves, tendo sido inclusive utilizados alguns termos impróprios pelo referido munícipe no decorrer da sua intervenção, o membro Nuno Sampaio solicitou a palavra, tendo o Presidente da Assembleia concedido:

**Nuno Sampaio:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a sua intervenção é no sentido de solicitar, tendo em conta os acontecimentos verificados, quer através de alguns termos utilizados aquando da intervenção do munícipe, quer aquilo que se passou dentro desta sala, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tente fazer o melhor e tome as medidas adequadas para a boa condução dos trabalhos, a fim de salvaguardar a dignidade desta Assembleia Municipal.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Referiu que não quer agravar esta situação, mas aquilo que o munícipe referiu na presente sessão tem sido dito, recorrentemente, em outras sessões. Só no decorrer desta semana recebeu 7 emails do referido munícipe a transmitir precisamente aquilo que hoje disse aqui. Portanto, pede que o membro Nuno Sampaio fique descansado porque a Mesa irá pugnar para

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

que a condução dos trabalhos seja firme e irá usar dessa firmeza na próxima sessão da assembleia municipal, isto é, retirará a palavra ao respetivo munícipe caso volte a utilizar termos menos dignos.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**“CONVOCATÓRIA**

Nos termos do disposto no n.º 1, no artigo 28.º, conjugado com a alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como ao abrigo da alínea b), do n.º 2 do art.º 8º do Regimento do Regimento, convoco a Assembleia Municipal para uma sessão extraordinária, a realizar no próximo **dia 26 de novembro de 2015 (quinta-feira)**, pelas **21.00 horas** no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça José Máximo da Costa, da Vila da Lourinhã, com a Intervenção do Público, seguido da apreciação da Ordem de Trabalhos.

Lourinhã, 09 de novembro de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Manuel Dias Custódio)

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA LOURINHÃ, A REALIZAR NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, PELAS 21,00 HORAS, NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, COM A RESPETIVA:**

**ORDEM DE TRABALHOS**

**PONTO I** – **Proposta 48** – Discussão e votação da proposta de moção do Grupo Municipal do Partido Socialista relativa à “**Criação de um Conselho Municipal do Associativismo**”, nos termos da proposta em anexo;

**PONTO II** – **Proposta 49** – Discussão e votação da proposta relativa às “**Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2016**”, nos termos da proposta em anexo ;

**PONTO III** – **Proposta 50** – Discussão e votação da proposta relativa ao “**Orçamento para o ano financeiro de 2016 e do mapa de pessoal**”, nos termos da proposta em anexo;

**PONTO IV** – **Proposta 51** – Discussão e votação da proposta relativa à “**Delegação de competência no Presidente da Câmara para autorizar a assunção de compromissos plurianuais**”, nos termos da proposta em anexo;

**PONTO V** – **Proposta 52** – Discussão e votação da proposta relativa à “**Celebração de Protocolos de delegação de competências e das verbas a transferir para Juntas de Freguesia, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar / Ano Letivo 2015-2016**”;

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

**PONTO VI** – **Proposta 53** – Discussão e votação da proposta relativa à “**Celebração de Protocolos de delegação de competências e das verbas a transferir para Juntas de Freguesia, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares – 1º Ciclo do Ensino Básico / Ano Letivo 2015-2016**”, nos termos da proposta em anexo;

**PONTO VII** – **Proposta 54** – Discussão e votação da proposta conjunta do PS, PSD, CDS e PCP, relativa à “**Designação de representantes da Assembleia Municipal (efetivos e suplentes) na CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA LOURINHÃ**”, nos termos da proposta em anexo;

**PONTO VIII** – Para Conhecimento - Informação n.º 09/2015, de 09/11 da **Coordenação Financeira** - relativa à “**Posição de compromissos plurianuais, assumidos de 01 de setembro a 31 de outubro de 2015**”, nos termos da Informação em anexo;

Lourinhã, 23 de julho de 2015.

O Presidente da Assembleia Municipal

(José Manuel Dias Custódio) “

**PONTO I** – **Proposta 48** – Discussão e votação da proposta de moção do Grupo Municipal do Partido Socialista relativa à “**CRIAÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO**”, que em baixo se transcreve:

“ O Movimento Associativo no Concelho é fundamental na promoção de valores na sociedade e no desenvolvimento local do município, estimulando a população a participar na vida associativa nas mais variadas valências, sejam elas de âmbito solidário, cultural e desportivo, dando vida e identidade a cada localidade.

O Município da Lourinhã tem registadas 86 associações, repartidas pelas várias freguesias do concelho e muitas delas, todos os anos, têm um papel fundamental na promoção de várias iniciativas de índole social, cultural e desportiva.

Neste sentido, o Partido Socialista da Lourinhã (PS Lourinhã) considera importante a criação de um Conselho Municipal do Associativismo, tendo como principal objectivo a realização de um trabalho de proximidade com todas as associações. Este conselho poderá, desta forma, pronunciar-se sobre o desenvolvimento de estratégias políticas municipais, sobre as propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal da Lourinhã, sobre iniciativas que criem a cooperação e o intercâmbio associativo, levando a uma prática interassociativa, entre outras competências que podem ser implementadas, para as matérias relacionadas com o movimento associativo.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

*O PS Lourinhã entende que é necessário o município estabelecer um contacto mais personalizado com as associações e coletividades e desta forma propõe a criação de um Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, com o objectivo de, para além do acompanhamento de iniciativas e apoio logístico, contribuir também no esclarecimento de dúvidas, preenchimento de formulários, apresentação de candidaturas, apoio financeiro, ações de formação, cedência de espaços, entre outras atribuições que lhe poderão ser a cometidas.*

*Lourinhã, 10 de novembro de 2015.*

*O Grupo Municipal do Partido Socialista”*

Após uma explanação, por parte do membro **José Tomé**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**Jorge Sousa:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, perguntou se o Grupo do Partido Socialista tem alguma estimativa dos custos que a autarquia terá que acarretar com a criação do respetivo Gabinete ou Conselho Municipal do Associativismo. Por outro lado, pergunta: se hoje são ou não garantidas pela autarquia e pelos seus funcionários parte das competências que constam na proposta apresentada pelo Grupo do Partido Socialista.

**Paula Marinho:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que é entender do Grupo do CDS-PP que enquanto movimento associativo a ideia até seria boa para criar coesão e unidade. Mas há que apurar bem se esta proposta não estará, neste momento, a ser feita só por se fazer. Há que analisar esta proposta como de uma empresa se tratasse, concretamente, qual a sua missão, qual o seu objetivo, qual a sua visão. Portanto, neste âmbito pede um esclarecimento ao Executivo sobre o trabalho que os vários departamentos da Câmara têm feito. Embora não possa ser muito visível, mas julga que a Câmara já executa parte dos objetivos aqui propostos. Assim, pergunta: se assim for não estarão a esvaziar a Câmara destas funções. Por exemplo, recentemente houve uma atividade nas Cesaredas e pareceu-lhes que até foi feita em parceria com a Câmara. Sabem, por exemplo, que o departamento de comunicação, quando solicitado, faz cartazes e disponibiliza cartazes para divulgar os eventos das várias associações. Ao redigirem esta proposta como apuraram aquilo que faz falta às associações? A que candidaturas, por exemplo, pretendem dar apoio? A Câmara já dá apoio a alguns projetos. Como se pretende estruturar este gabinete? Vai envolver todos? Antes de mais acham que

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

esta demonstração de uma eventual necessidade das associações, deve partir das mesmas, ou seja, devem ser as associações a dizer o que pretendem e o que faz falta e não de um movimento partidário, seja ele qual for. Parece-lhes, realmente, que muitas das associações do concelho têm graves deficiências e necessitam de apoio jurídico, que as leve a ultrapassar uma existência que, de facto, se quer legal. Assim, se for necessário, porque não criar então uma associação concelhia de coletividades, desde que, claro, tenham em conta os custos.

**João Ferreira:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que concorda com a criação deste Gabinete de Apoio ao Associativismo, isto porque hoje em dia a vida tornou-se mais complexa. Algumas associações do concelho já deram sinais de algum desânimo e é necessário haver efetivamente um gabinete ou um grupo que lhes dê apoio administrativo e logístico. Há associações que às vezes ficam bastante tempo sem organização e presume que este gabinete poderá colmatar essas lacunas. Deste modo irá votar a favor desta proposta.

**Presidente da Junta de Freguesia do Vimeiro:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos referiu que está ligado ao associativismo já há alguns anos e, por isso, gostava de dar a sua opinião sobre este assunto. Referiu que a sua sensibilidade sobre esta temática resulta da experiência que tem em relação a esta matéria e também resulta de conversas que mantém com alguns colegas seus. A sua pergunta é: criar mais um conselho municipal será importante? Considera que é importante, efetivamente, a criação de um gabinete de apoio, como consta da segunda parte desta proposta. Mas considera ainda mais importante que haja uma pessoa na câmara responsável nesse apoio direto às associações, porque é isso que as associações sentem falta e, desta forma, descarregar um pouco o ónus que o vereador responsável tem neste âmbito. O vereador responsável já tem muitas áreas, mas é neste momento o contato direto. Portanto, seria melhor, eventualmente, que houvesse alguém na Câmara que conduzisse as associações na procura de alternativas, na procura de propostas ou de soluções para as associações. Em relação à criação de mais um conselho municipal acha que são mais umas reuniões e, se calhar, depois não trará frutos.

**José Soeiro:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que está de acordo com esta proposta. Mas pensa que há dados a concretizar quanto ao papel que esta entidade terá no que diz respeito ao associativismo. Há cerca de 5 anos, enquanto Presidente de uma associação do concelho, sugeriu ao Presidente da Junta de Freguesia da Lourinhã, atualmente, Presidente



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, a hipótese de se promover um encontro das estruturas associativas do concelho da Lourinhã, tendo em vista fazer um levantamento dos problemas que existem nas associações e quais os pontos comuns. Porque, por exemplo, a Associação do Vimeiro está inscrita no INATEL e julga que mais nenhuma está. Logo, pensa que esta estrutura é importante. No entanto, deveria haver um levantamento dos objetivos da mesma, até pensando nas dificuldades que as estruturas associativas têm, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista das atividades. Sem contar com as festas, que são uma fonte de financiamento, pouco mais têm de atividade cultural, associativa e recreativa, exceto constituírem uma espécie de café da aldeia. Aliás, pondo em causa até o funcionamento de estruturas idênticas que existem com fins lucrativos. Assim, irá votar a favor, mas deixa, desde já, a indicação de que o conselho deverá ser mais do que uma estrutura de apoio, isto é, deverá, juntamente com as juntas de freguesia, fazer um levantamento das necessidades e das atividades que poderiam ser feitas através das associações.

**José Tomé:**

Referiu que, na sua opinião, numa forma sucinta está expresso, nesta proposta, quais são os objetivos. Obviamente que todo este processo terá que ser dinâmico e o objetivo é que a construção deste conselho tenha o envolvimento das associações. É verdade, como disse a membro Paula Marinho, que já se faz muita coisa. Mas também é verdade que tem havido sempre o objetivo, por parte da governação, em melhorar as situações. Muitas das vezes esse apelo vem da parte da oposição e por parte da maioria existe sempre essa consciência de fazer melhor, sendo, portanto, um dos objetivos. O envolvimento do movimento associativo é, do ponto de vista da maioria, extremamente importante e isto é uma forma de o manter.

**António Alberto Carvalho:**

Referiu que também é dirigente associativo há 27 anos e, por conseguinte, pela prática que tem em relação ao movimento associativo e também pelo conhecimento que possui relativamente a esta matéria, revê-se um pouco nesta proposta. No entanto, como é evidente, a respetiva proposta depois terá que ser estudada e avaliada pelo executivo em relação ao seu impacto. É o Órgão Executivo que terá que levar a cabo esta proposta, caso a mesma seja aprovada por esta assembleia. A sua sensibilidade diz-lhe, face à experiência que tem nesta área, que as associações, atualmente, atravessam um momento difícil, quer na disponibilidade dos sócios para exercerem funções nos corpos sociais, quer na dinâmica que é necessária imprimir nos tempos que se vivem hoje. É evidente que todas as instituições (fala concretamente nas de caráter cultural e recreativo) têm o seu café. Mas é considerado como

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

segunda atividade. É uma segunda atividade que muitas das vezes ou em alguns momentos são muito importantes para o dinamismo a nível cultural e recreativo. Mas em circunstâncias diferentes ou em locais geográficos diferentes do concelho, até é um peso, porque, para que tenham uma abertura alargada ao longo do dia, estes cafés ou bares dão, constantemente, prejuízo, ou seja, têm um custo elevado para o serviço que prestam. Aquilo que é pretendido nesta proposta (estudada pela juventude socialista e apresentada pelo Grupo do Partido Socialista) segundo a análise que fez, é que, relativamente às dificuldades que as associações estão a sentir neste momento, é necessário que, quer seja por parte da Câmara, quer seja por parte das juntas de freguesia (porque já promoveram dois encontros para se fazer o levantamento das necessidades sentidas), alguém agarre isto. O município é um parceiro privilegiado destas instituições, até porque contribuiu para que elas existissem em termos de estruturas físicas e a nível patrimonial. Há uns anos atrás e durante muitos anos, se se recordam, a Câmara foi uma alavanca fundamental para que os espaços físicos existissem, assim como todo o património que as associações possuem. Agora as associações têm o património e é preciso desenvolvê-lo. É preciso ter pessoas para o desenvolver. O que sentem é que a informação relativamente aos projetos para as diversas associações não é transmitida oportunamente e, por conseguinte, os prazos para se apresentar as respetivas candidaturas são ultrapassados. Aquilo que se pretende, de facto, é que exista na Câmara um espaço com os meios necessários (pode funcionar, inclusive, nalguma estrutura que já exista na Câmara) que caracterize todas as instituições e tenha uma ação dinâmica junto das mesmas. Portanto, que, sobretudo, perceba as características de cada instituição que existe no concelho, encaminhe oportunamente os diversos projetos e apure se as mesmas estão interessadas, dando o devido apoio. O objetivo desta proposta, na sua opinião, consiste no que referiu. Desta forma, acha que esta proposta deve ser aprovada para que o Executivo possa fazer um estudo mais profundo e possa levar a cabo os propósitos da mesma.

**Presidente da Câmara:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a Câmara tem desenvolvido um longo trabalho com os movimentos associativos, o que lhes confere também muita experiência em relação a esta matéria. No entanto, para abordar esta questão com mais detalhe, irá o Sr. Vereador Fernando Oliveira usar da palavra.

**Vereador Fernando Oliveira:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que para a Câmara esta iniciativa corresponde ou pode vir dar ainda mais força ao trabalho que o município tem vindo a

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

desenvolver junto do movimento associativo. De facto os conselhos municipais, em diferentes vertentes, são extremamente importantes porque podem congrega as diferentes entidades e, portanto, abordar especificamente as matérias que lhes são importantes discutir. Está a recordar-se, por exemplo, do Conselho Municipal da Juventude e do Conselho Municipal da Educação. Há uma importância crescente no sentido de sistematizar a discussão e, assim, identificar sempre as matérias. No caso concreto do associativismo têm um número bastante elevado de associações e a própria Câmara tem sentido alguma dificuldade, por vezes, em responder da melhor maneira, tentando perceber se o que promovem vai de encontro às necessidades efetivas do associativismo. Nesse sentido, dialogam com as associações, mas se tiverem um conselho devidamente organizado podem melhorar essa capacidade de intervenção. A criação deste gabinete é algo que também vem de encontro daquilo que pensam criar. Não está ainda criado. Efetivamente, estão a ainda a tentar identificar mais claramente o apoio à parte agrícola e a tentar criar uma sistematização relativamente ao apoio à agricultura local e às empresas locais. Mas o movimento associativo tem especificidades próprias. Dá o seguinte exemplo: a organização de um evento, por muito pequeno que seja, carece de um conjunto de licenças e de procedimentos. Deste modo estas ações obrigam, de facto, a que haja um conhecimento aprofundado. Neste momento já têm uma colaboradora afeta à Coordenação de Intervenção Sócio-Cultural que está especializada um pouco nesta vertente. Contudo, mesmo assim, ainda não conseguiram concentrar no município todas as situações, tendo em vista resolver localmente as mais variadas questões. Estão a formalizar alguns protocolos com diferentes entidades para tentar centralizar na Câmara esse tipo de informação (fundos comunitários) e a resolução desses problemas. A questão dos investimentos que se prende com o novo quadro comunitário, significa que se trata de um quadro exigente. Não basta ter boa vontade para preparar uma candidatura, a mesma tem que ser devidamente fundamentada. Os mecanismos são cada vez mais exigentes e se criarem este gabinete (não tem que funcionar isoladamente, mas que seja especializado no apoio ao movimento associativo) pretende-se que quando uma associação queira resolver alguma questão saiba, muito concretamente, o que tem à sua disposição e a quem se deve dirigir. Desta forma, enquanto Executivo, acolhem com bom agrado esta iniciativa e darão toda a colaboração para a sua concretização.

**Paula Marinho:**

Referiu que na sua intervenção inicial começou por dizer, precisamente, que até achava que o movimento enquanto movimento associativo era bom. Começou até por caracterizar os pontos

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

positivos. Daquilo que lhe é dado a conhecer, a Câmara já dá um grande apoio e também positivo. A única coisa que ressaltou e volta a ressaltar, a nível da bancada do CDS-PP, é a questão de como este gabinete vai funcionar e dá como exemplo o Conselho Municipal da Juventude. É que o mesmo está a ficar um pouco politizado, dado que, cada vez mais, são os partidos que têm decisão de voto. Esta situação está a fazer com que (pelo menos daquilo que se ouve) algumas instituições desanimem ou desmotivem, pois não podem votar e, conseqüentemente, depois não aparecem. A questão que levantam aqui (e pede que seja bem explicado) é que seja uma coisa que não esteja ligada a um movimento partidário e seja mesmo um movimento associativo. A Câmara tem feito um bom trabalho a nível de apoio. É, obviamente necessário muito mais. No entanto convém que seja bem esclarecida a forma de funcionamento, não pondo em causa o princípio do movimento associativo.

**Jorge Sousa:**

Referiu que já se percebeu que o Conselho Municipal do Associativismo, no fundo, é para funcionar de forma semelhante como funciona o Conselho Municipal da Juventude. Assim sendo, será um órgão consultivo, onde o Executivo poderá ouvir as associações. Acha que é preponderante e importante, face à importância do associativismo no Concelho da Lourinhã. No entanto, gostaria que lhe esclarecessem quais serão os custos que haverá com a criação de um gabinete de apoio ao associativismo ou se o mesmo irá ser executado com os recursos humanos que já existem na Câmara e com as competências que já existem por parte da Câmara.

**Vereador Fernando Oliveira:**

Referiu que, na sua opinião, é um pouco prematuro estar a avançar com alguma coisa, na medida em que será o próprio conselho que irá definir o que se pretende e que ações devem ser desenvolvidas. Ainda há pouco disse que existem colaboradores na Câmara que já possuem informação especializada. Deste modo, não vê tanto a criação de um gabinete autónomo, que funcione exclusivamente num determinado espaço, embora isso dependa sempre da exigência que o próprio movimento associativo vier a colocar. Caso se verifique a necessidade duma ação permanente, obviamente que essa possibilidade terá que ser analisada. Mas ficam todos a lucrar com isso, pois significa que é um movimento forte, que precisa de determinado tipo de apoios para melhorar a sua ação e, sendo assim, pensa que compete, efetivamente, ao município prestar esse apoio. Agora numa fase inicial pensa que é necessário organizar este conselho, reunir e perceber quais são as necessidades, identificar

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

essas necessidades e depois a seu tempo ir criando, paulatinamente, essas condições, dentro das possibilidades da Câmara.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 48 – “CRIAÇÃO DE UM CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 16 votos a favor e 13 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que os pontos n.ºs I e II fossem discutidos em conjunto, embora a votação fosse feita em separado. A Assembleia Municipal concordou.

**PONTO II E PONTO III – PROPOSTAS 49 E 50:**

- Discussão e votação das seguintes propostas: a) **PONTO II – PROPOSTA 49 - “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016”** e b) **PONTO III – PROPOSTA 50 - “ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015 E DO MAPA DE PESSOAL”**; que em baixo se transcrevem:

**PROPOSTA 49:**

*“Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com o disposto na alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação dessa Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2016, devidamente aprovadas pela Câmara Municipal, por maioria, na sua reunião de 30 de outubro de 2015, com os votos contra<sup>1)</sup> dos Srs. Vereadores **Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira.***

*Lourinhã, 17 de novembro de 2015.*

*O Presidente da Câmara,*

*(João Duarte Anastácio de Carvalho)*

<sup>1)</sup> Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira** apresentaram Declaração de Voto.

Os Srs. **Presidente da Câmara** e Vereadores **Fernando Oliveira, Carla Custódio e Vital do Rosário** votaram a favor e apresentaram Declaração de Voto.

**PROPOSTA 50:**

*Considerando que a Câmara Municipal, em sua reunião de 30/10/2015, deliberou, por maioria<sup>1)</sup>, aprovar o Orçamento para o Ano Financeiro de 2016, bem como o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Lourinhã;*

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**PROPONHO**

**1.º** Que, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugado com o disposto na alínea c), do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, essa Assembleia Municipal aprove o Orçamento para o Ano Financeiro de 2016;

**2.º** Que, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal e, ainda, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º do RCTFP, por esse Órgão Deliberativo seja aprovado o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Lourinhã, que acompanha a proposta de Orçamento suprarreferida.

Lourinhã, 17 de novembro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(*João Duarte Anastácio de Carvalho*)

<sup>1)</sup> Os Srs. Vereadores **Hernâni Santos**, **António Augusto Antunes** e **Vanda Oliveira** apresentaram Declaração de Voto.

Os Srs. **Presidente da Câmara** e Vereadores **Fernando Oliveira**, **Carla Custódio** e **Vital do Rosário** votaram a favor e apresentaram Declaração de Voto.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. VEREADORES HERNÂNI SANTOS, ANTÓNIO AUGUSTO ANTUNES E VANDA OLIVEIRA:**

“ Os documentos apresentados a votação neste ponto, cumprem formalmente as obrigações e regras legislativas a que as autarquias estão sujeitas, no entanto o seu conteúdo não espelha o desenvolvimento que se pretende para o concelho.

As Grandes Opções do Plano continuam a ser omissas em áreas que consideramos essenciais tais como:

O bem-estar e a proteção da população, no que se refere ao saneamento urbano e pluvial, para minimizar o elevadíssimo risco de inundações que sucessivamente tem assolado o centro da vila da Lourinhã e outras zonas do concelho;

A concretização do parque Jurássico;

Projetos estruturantes no âmbito de candidaturas ao Programa Operacional de apoio Comunitário 2020.

Pelos motivos apresentados, os Vereadores *Hernâni Santos*, *António Antunes* e *Vanda Oliveira*, eleitos pela Coligação *Mais Lourinhã*, *PPD/PSD*, *CDS-PP*, decidiram não aprovar os documentos.

Lourinhã, 30 de Outubro de 2015

*Hernâni Santos*

*António Augusto*

*Antunes Vanda Oliveira”*

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. PRESIDENTE DA CÂMARA E VEREADORES FERNANDO OLIVEIRA, CARLA CUSTÓDIO E VITAL DO ROSÁRIO:**

*“ O Executivo em regime de permanência, eleito pelo PS, na sequência da reunião de aprovação do Orçamento e GOP para 2016, decorrida hoje, no Salão Nobre dos Paços do Concelho redigem a seguinte declaração de voto porquanto os Vereadores eleitos pelo PSD fundamentaram o seu voto contra numa argumentação (apresentada até de forma incoerente entre os diversos membros) assente na suposta ausência do tema do “jurássico” nas GOP. Começam por dizer que está mais que na altura do Município tirar o projeto do papel, devendo fazer tudo para que a sua concretização seja efetiva, para depois outro elemento vir referir que o problema é o Município estar demasiado ligado ao processo e não deixar o foro privado funcionar.*

*Ora bem, as GOP apresentadas para além das apostas destacadas na sua introdução, contém outras não menos importantes, sendo que a questão do “jurássico” nunca deixou de ser um projeto estruturante na ação do Executivo.*

*O Município encontra-se a atualizar os estudos de viabilidade económica, para atração de investidores; continua as conversações com o grupo alemão e mantém válido o trabalho efetuado num passado recente. Existe todo um empenhamento para que numa próxima janela de oportunidade o projeto seja uma realidade, assente numa base privada, ainda que com parcerias com o GEAL e a CML. Por esses motivos estão abertas as rubricas nas GOP para eventuais despesas com esse processo.*

*Por outro lado, na nota justificativa das GOP, uma das tarefas descritas para o Gabinete de Estudos e Projetos prende-se com o acompanhamento das obras de infraestruturção do Parque dos Dinossauros.*

*Para além deste projeto, o Município encontra-se também empenhado numa candidatura a financiamento do Espaço Atlântico para o desenvolvimento duma Rota dos Dinossauros, projeto este também com rubrica aberta.*

*Face ao exposto, e não colocando em causa a opção do voto contra dos Vereadores eleitos pelo PSD, o Executivo em regime de permanência não reconhece coerência e força aos argumentos apresentados, demonstrando um claro alheamento aos documentos em discussão, na linha da abstenção de sugestões para a sua elaboração.*

*Lourinhã, 30 de outubro de 2015*

*O Executivo em regime de permanência.”*

Após uma explanação, por parte do Sr. **Presidente da Câmara** e da Sr.<sup>a</sup> Vereadora

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Carla Custódio**, sobre estas matérias assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**José Soeiro:**

Referiu que irá começar por abordar as GOP e depois falará sobre o Orçamento. Portanto, em relação ao Turismo, referiu que a Comissão Organizadora da Receção ao Caloiro do Instituto Superior de Psicologia Aplicada contratualizou com a Pousada da Juventude da Praia da Areia Branca, do dia 23 ao dia 25 de outubro de 2015, a vinda de um conjunto de estudantes do referido Instituto (ISPA). A Pousada da Praia da Areia Branca exigiu, para o efeito, uma caução de 2.500,00 €. Mas, quando os estudantes fizeram uma coleta e entregaram o dinheiro aos gestores da referida Pousada os mesmos disseram-lhes que estavam de férias. Os estudantes já tinham acordo, por exemplo, com a Discoteca Rio. Ora, ir-se-ia ter na Lourinhã entre 200 a 300 estudantes a utilizarem as instalações da Pousada da Juventude e a utilizar as áreas lúdicas do concelho, onde iriam fazer determinado tipo de atividades e, decerto, iriam gerar receitas para a economia local. As férias em qualquer instituição, normalmente, são marcadas atempadamente. A pergunta que faz é: que benefício é que a Pousada da Juventude significa para o concelho se dá esta imagem do funcionamento do turismo do concelho? Até que ponto isto pode-se manter? Segunda questão, ainda ligada ao Turismo, é a situação preocupante do Forte de Paimogo. Já têm um problema grave e, na sua opinião, deveria ser enquadrado como projeto do município, mais concretamente, a Colonia de Férias de Castelo Branco. Agora têm também o Forte de Paimogo. O mesmo sofreu uma intervenção relativamente há pouco tempo e, praticamente, já tem um conjunto de suporte à vista, desconhecendo-se as consequências que pode existir. Relativamente à Mobilidade e Deficiência, referiu que faleceu, na semana passada, a munícipe Maria Lena Neto Santos, que tinha um problema de deslocação e de mobilidade. Tinha que utilizar uma cadeira de rodas e, igualmente grave, a mesma vivia na Rua da Guiné, o que significava um risco acrescido para a senhora cada vez que saía de casa, por exemplo, para ir às compras. Já levantou aqui o problema da Rua da Guiné há mais de 1 ano. Agradecia que pensassem numa solução, nem que seja sob a forma de uns semáforos a ser manipulados pelos cidadãos que circulam naquela rua para terem alguma proteção. Depois esteve a pensar numa outra área, concretamente, a área de comunicação. Uma das características que suporta o Turismo é a imagem. O Sr. Presidente da Câmara também se deve lembrar que há acerca de 1 ano (e que



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

lhe disse a ele, José Soeiro na altura, que eventualmente estaria resolvido até outubro) falou sobre a questão da ocupação dos espaços públicos por publicidade absolutamente ilegal. É ilegal pelos locais onde está afixada e, certamente, ilegal porque não é cobrada. É, igualmente, grave porque existe, seguramente, cidadãos que investiram em suportes publicitários e pagam as respetivas taxas e outros não pagam coisa nenhuma. Logo, esta situação reveste-se de completa ilegalidade. Outro aspeto que tem a ver com turismo e com cidadania é a questão do Centro de Saúde da Lourinhã. Não sabe até que ponto o Sr. Presidente da Câmara avaliou a questão do cidadão Sr. Quintino Sebastião (matéria que apresentou na sessão da Assembleia Municipal de 25.09.2015). O mesmo não foi observado no Centro de Saúde da Lourinhã porque não constava do sistema. Ficou a pensar nesta situação e chegou a uma conclusão interessantíssima, nomeadamente, a Lourinhã tem um conjunto de população. Deste conjunto uns estão inscritos e outros não estão inscritos, porque nunca foram ao Centro de Saúde. Depois tem aqueles que vêm cá de férias. Ora, contrariando a Constituição da República e a Lei do Serviço Nacional de Saúde, uma pessoa residente fora do concelho da Lourinhã corre o risco de se aleijar, por exemplo, a praticar surf e, por conseguinte, ir ao Centro de Saúde e não ser visto. Como podem promover o desenvolvimento do Turismo no Concelho ou outro desenvolvimento qualquer quando têm um Centro de Saúde no qual vai lá um cidadão e lhe é dito que não consta do sistema, como aconteceu com o Sr. Quintino Sebastião e por essa razão não é visto. E a Sr.<sup>a</sup> Doutora que lá estava naquele dia já se esqueceu do Juramento de Hipócrates que fez em tempos, pois nem saiu do gabinete para ver o que a pessoa tinha. Felizmente o cidadão em causa esteve cá agora e resolveu fazer a sua reclamação no livro amarelo para ver se recebe uma resposta decente. Para terminar esta parte e ainda relativamente ao Centro de Saúde, referiu que gostaria que ficasse muito clarificado o que a nova Unidade de Saúde Familiar vai significar quanto às competências, valências e taxas de utilização das extensões de Ribamar, Reguengo Grande e Moita dos Ferreiros. Tem receio e seria muito grave, sobretudo para a população envelhecida, que estas extensões perdessem parte das suas valências. Passando agora ao Orçamento, referiu que tem grandes dúvidas relativamente ao IMI. Tem dúvidas porque o IMI cresceu 653.337,00 €, ou seja, a população da Lourinhã, num período de crise teve que suportar, embora o Sr. Presidente da Câmara diga que os valores são baixos, um aumento significativo do IMI. Por outro lado tem dúvidas quanto às áreas consideradas e aos patrimónios para cobrança de IMI, especialmente onde houve intervenção autárquica sob a forma de estradas e outras situações, onde as áreas não foram regularizadas. Tem agora muito mais dúvidas porque ouviu o Dr.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

João Galamba dizer que relativamente ao IMI ir-se-ia verificar o regresso da clausula de salvaguarda e haveria uma intervenção deste imposto atendendo à sua progressividade face ao valor patrimonial e aos rendimentos. Isto significa que o valor de 4.076.100,00 € que constam no Orçamento para este imposto, se calhar, não se verificará. Está situação colocará em causa o Orçamento e implicará um retificativo. Finalmente, sobre a variação orçamental, desde 2013 a 2015 o Orçamento diminuiu em cerca de 8.302.312,00 €. Isto pode ter dois significados, ou uma melhor e capaz gestão ou um menor investimento. Julga que face ao conceito de Projeto de Desenvolvimento Integrado dever-se-ia analisar, para além das várias propostas que aparecem, quais as prioridades e quais as estruturantes. Porque também lhe parece que está na altura de regressar a uma reivindicação antiga, tanto mais que consta do PDM, que é o IC11. Isto para que termine, duma vez por todas, o conceito de “ilha” que a Lourinhã tem, pois é o único concelho do Oeste, tendo em conta os concelhos de Peniche, Bombarral e Torres Vedras, que não possui um acesso conducente ao desenvolvimento necessário.

**Ana Caxaria:**

Referiu que em relação aos assuntos sociais, mencionados na página 6, é dito que pretende-se requalificar um novo edifício municipal que possibilitará o aumento do número de respostas sociais. Este grupo municipal pretende saber qual é o respetivo edifício e quais os objetivos para o mesmo, assim como os custos. Este grupo pretende ainda obter informação sobre quais as alterações previstas para a Casa Abrigo no Reguengo Grande. Em relação ao cemitério preveem, em 2016, encontrar uma solução para esta questão. Deste modo pergunta se já existe uma solução alvitrada e qual, dado que é um espaço muito difícil de ampliar. Outro assunto prende-se com as intervenções no sistema de drenagem e tratamento de águas residuais. A sua questão tem mais a ver com o relacionamento do escoamento de águas pluviais. Sabem que existe um estudo de risco de cheias no concelho da Lourinhã, mas gostaria de saber se existe um estudo de saneamento de águas pluviais que indique as ações de emergência a adotar quando o rio atinge o máximo caudal. Ou seja, sabem que existe o risco de cheias, mas é necessário saber o que fazer quando acontecem as cheias.

**Joaquim Simões:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que irá fazer a sua intervenção mais focalizada na área da educação, onde irá apresentar pedidos de esclarecimento e tecerá algumas considerações sobre a respetiva área da educação. No que concerne especificamente aos projetos que constam no Orçamento e nas GOP pretende que se

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

clarifique um conceito que está explicitado nos referidos documentos. Não estão perante uma desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino, têm é efetivamente e notoriamente uma desigualdade na qualidade que oferecem aos contextos escolares que diversos alunos usufruem. Isto porque acesso todos os alunos têm acesso, mas a igualdade de tratamento, em termos da qualidade dos contextos da aprendizagem é que é deveras diferente. É isso que lhes preocupa e têm que refletir se essa circunstância contribui ou não para o sucesso escolar. Em segundo lugar quer exprimir aqui dois sentimentos antagónicos no que respeita à infraestrutura construída para nela funcionar as piscinas municipais. O primeiro sentimento é o de lamento pelos avultados custos que aquela infraestrutura acarretou e que não trouxe qualquer benefício aos munícipes do concelho da Lourinhã ao longo de décadas. O outro sentimento antagónico a este é o sentimento de satisfação pelo fato de, finalmente, essa infraestrutura poder vir beneficiar as crianças e jovens deste concelho, mais precisamente os alunos da escola básica Dr. Afonso Rodrigues Pereira. Portanto, daí o antagonismo dos seus dois sentimentos. Finalmente e indo em concreto às GOP que entronca com o Orçamento, referiu que teve oportunidade de ver aqui os investimentos ou as rubricas destinadas à ampliação ou remodelação das instalações dos estabelecimentos de educação e ensino. Verificou que está contemplada com verbas a EB1 do Vimeiro e o Jardim de Infância, uma no valor de 10.500,00 € e outra no valor de 200.000,00 €. Depois vem a seguir a Escola Básica do 1.º Ciclo do Seixal, com uma dotação orçamental de 1.000,00 €; assim como a EB1 da Marquiteira e a EB1 da Cabeça Gorda. A questão que coloca é a seguinte: com estas verbas (1.000,00 €) inscritas no orçamento que tipo de intervenção se irá fazer nestas escolas (EB1 do Seixal, Marquiteira e Cabeça Gorda) sabendo todos que estas escolas estão numa situação de verdadeira carência e os seus espaços precisam de ser requalificados condignamente. Portanto, quanto à EB1 JI do Vimeiro, a situação, pelas verbas envolvidas, está salvaguardada e garantida. No entanto, para as outras escolas, com a inscrição de 1.000,00 € para cada uma, não vislumbra qualquer intervenção que permita dotar esses espaços da qualidade necessária e urgente. Em relação ao jardim-de-infância de Cabeça Gorda observam que há uma dotação orçamental de 57.697,00 € definidos para 2016 e 52.889,00 € para 2017. A questão que levanta, porque tem medo que a sua memória o atraíçoe, é a seguinte: tanto quanto se lembra o jardim-de-infância da Cabeça Gorda mereceu, há relativamente pouco tempo, obras de ampliação e de beneficiação. Será que houve (e oxalá que assim aconteça) um aumento de população que exija nova ampliação? Se assim for ficará muito satisfeito.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Paula Marinho:**

Relativamente à Biblioteca Municipal, uma vez que detalham alguns itens, gostaria de saber se vão continuar a não falar ou a não planificar nada relativamente ao horário de abertura ao público, nomeadamente, proceder a uma alteração ao respetivo horário. Quanto à sala polivalente que existe na biblioteca e que está devidamente equipada, acham que está subaproveitada, situação que se lamenta. Por exemplo, há empresas externas ou outras entidades que poderiam utilizar a respetiva sala para as mais diversas ações. Quem sabe, nalguns casos, até poderia gerar alguma receita para a Câmara e criar sinergias, dinamizando até o comércio local, como por exemplo, ao nível da restauração. Não se poderia, então, divulgar estas instalações municipais que existem e que são boas? Quanto ao desporto, acham que deveriam e poderiam ter sido criadas opções, projetos e alternativas para desportos de mar, natureza e espeleologia, por exemplo. Ainda mais estando a temática da dinamização do Planalto das Cesaredas a ser tão debatida pelo grupo de trabalho do qual até elementos do Executivo fazem parte. Quanto ao ambiente, quando falam da ciclovia de Paimogo, não põem em causa que é uma boa iniciativa, mas antes de mais gostariam de saber qual é a estimativa total de custos para este projeto. Isto porque a ideia que têm é que a ciclovia do Areal terá tido um custo aproximado de 1 milhão de euros. Depois, na parte das Dunas terá custado entre os 100 a 200 mil euros. Deste modo não percebem (podem ter interpretado mal) a verba de 10.000,00 € que atribuíram a este projeto (ciclovia de Paimogo). Para que efeito é o respetivo montante? Mas, relativamente a esta ciclovia, questionam, acima de tudo, a estratégia e o planeamento. Ou seja, quando e porque decidiram fazer até Paimogo. Toda a população do Concelho que quiser utilizar a ciclovia tem que vir à Lourinhã. Continuam a valorizar esta parte do concelho, mas há mais concelho. Continua-se a valorizar com mais incidência a costa da zona da Areia Branca. Contudo, o Concelho não tem só esta costa e nem sequer tem só costa, também tem interior. Porque não investir noutros lados? Porque não se pensar o que se pretende para o Concelho para daqui a 5 anos, seja a nível do ambiente, seja noutra área qualquer? E porque não se vai conseguindo este projeto e seguindo estes objetivos ano a ano? Não está aqui com esta proposta a tentar aumentar as despesas do município. No caso da ciclovia poderiam, por exemplo, tentar seguir o exemplo de Óbidos que tem pavimentos mistos, consoante as despesas, dado que nalguns sítios têm terra batida, noutros madeira. Não seria necessário aumentar as despesas. Outro exemplo daquilo que lhes parece ter sido um planeamento deficiente e que convém que não se repita é o apoio de Praia de Valmitão. Têm uma estrutura onde as casas de banho e os balneários estão virados para a

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

praia e o café e a esplanada estão virados para o parque de estacionamento. Lá está o tal planeamento que convém que seja um pouco mais. Quanto à intenção do Executivo de voltar a editar, em suporte de papel, o Boletim Municipal, pedem desculpa, mas põem completamente em causa a sustentabilidade ambiental desta iniciativa, numa época onde, cada vez mais, se tenta consciencializar a população para a racionalização dos recursos naturais e ambientais, onde, claro, as árvores estão incluídas. Assim como os próprios custos que esta iniciativa poderá ter. Podem-lhes até dizer que é uma despesa residual, mas também podem responder que grão a grão se chega a um milhão. Querem divulgar, muito bem. Então porque não fazem duma forma mais consciente, sustentável e mais económica? Porque não é feita uma pareceria com o jornal local criando uma folha só dedicada ao que está a ser feito no concelho, comunicando de forma objetiva e clara? E outra parceria, por exemplo, com a rádio, criando uma rúbrica dando a conhecer aquilo que se faz no concelho. Sugerem ainda, no âmbito da postura da sustentabilidade ambiental e também para dar mais um pequeno contributo para que se economize em sede de município, que toda a documentação das assembleias municipais deixe de ser facultada em suporte de papel. Por exemplo, seguindo o exemplo desta assembleia, cujo maço de documentos tem 199 folhas, considerando-se 0,05 € cada folha, cada conjunto ascende a 10,00 €. Se se multiplicar por 8 (conjuntos) dá um total de 80,00 €. Assim, havendo, cerca de 6 sessões da assembleia por ano, o custo anual é de 480,00 €. Lá está o tal grão a grão se chega a um milhão. Esta sugestão é mais um contributo positivo. Quanto à parte das atividades económicas, não lhes parece que concelho tenha uma estratégia lógica digital de promoção dos mesmos na internet, nos sites, nos festivais, etc. Ou seja, não lhes parece que exista sequer um site do facebook e o site do município é lento e precisa de ser revisto. Gostariam também de questionar o seguinte: estando-se a falar do Plano de Atividades de 2016 e existindo um grupo de trabalho sobre o Planalto das Cesaredas e a sua dinamização, não deveria vir já aqui uma rúbrica destinada a esta temática? Quanto ao turismo têm aqui uma questão que colocam novamente, mais concretamente, a visão global versus a visão regional. Têm aqui, por exemplo, um postal do Oeste, supostamente do Joaquim Agostinho a fazer uma dedicatória, onde ele relata tudo aquilo que percorreu no Oeste. Passa pelo Sobral do Monte Agraço, pelas Caldas da Rainha, por Peniche, por Óbidos e não aparece mencionada uma única vez a Lourinhã. Lá está aquilo que estavam a tentar defender, isto é, incluir também o regional e não pensarem só no local. No Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro falam das atividades lúdicas/juvenis. Ora, faz sentido trazer as escolas e os colégios. Mas estas visitas não trazem ganhos à envolvente, ou seja,

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

trazem valor, mas não trazem valor acrescentado ao comércio e estruturas envolventes. Não são consumidores, não são turistas, há que pensar nisto no sentido de chamar turistas. Em relação aos Mercados e Feiras, é uma temática interessante. Falam nesta área efetivamente, mas, mais uma vez, não ouviram falar nas iniciativas ao comércio privado. Quanto à Aguardente da Lourinhã acham que poderiam pegar nos exemplos que se fazem no Porto, concretamente, as visitas às caves. Sabem que fazem algumas visitas, assim como algumas provas de vinho, mas não lhes parece que seja suficiente. Deste modo, porque não agenciar estas visitas, ou seja, que sejam as próprias agências de viagem a dinamizar essas ações para trazer mais pessoas, dado que são sempre os mesmos que participam nestes eventos. Terá que haver mais dinamização. No Planeamento Urbanístico dizem que não querem um aumento na carga urbanística junto ao litoral. Mas não se deve esquecer também essa carga junto aos rios ou ribeiras, por causa das cheias. Pedem que não sejam autorizadas construções junto de rios ou ribeiras. Quanto a disseminações de boas práticas agrícolas, o que estão a pensar fazer? Formação? Quanto à fiscalização, acham que tem sido eficiente? No incentivo à ocupação de terrenos vagos como estão a pensar fazer? Depois falam também no Planeamento em adoção de implementação de aplicações informáticas de utilização livre. Não perceberam, assim gostavam que lhes explicassem o que se trata e a relação que existe com o urbanismo. Por fim, falam também na arborização e mencionam uma espécie, mais concretamente, a *Metrosidero Tomentosa*. É verdade que esta árvore é muito resistente à salinidade, mas tem algumas desvantagens, nomeadamente, tem um crescimento demasiado lento e são consumidoras de água e nutrientes. Apesar de serem ameaçadas em alguns países de origem, no caso de Portugal são consideradas invasoras. Por exemplo, no verão estas árvores, em plena florestação, parece que tem um enxame à volta, não é enxame, são abelhas. Há que ter conta também aos pólenes e às alergias.

**Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que não irá falar em números porque números são números. Portanto, irá falar das GOP atendendo a que a área geográfica da União de Freguesias da Lourinhã e Atalaia é muito extensa, como todos sabem. Ao analisar as GOP verificou que existem, neste documento, várias obras previstas nesta união de freguesias. Assim, esperam que as mesmas sejam concretizadas. Irá referir algumas dessas obras e pede ao Executivo que tenha atenção à dimensão da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia e que, daqui há 1 ano, grande parte esteja concretizada. A situação do Parque da Cegonha é uma preocupação sua e também do Executivo da Junta de Freguesia,

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

pois é uma mais-valia para o concelho da Lourinhã, especialmente para a União de Freguesias da Lourinhã e Atalaia. Relativamente aos alcatroamentos para 2016, quer deixar, antes de mais, o seu agrado por alguns alcatroamentos que já foram feitos na freguesia. Contudo, têm muitas estradas a ficar degradadas. Deste modo pede ao executivo camarário que durante o ano 2016 execute os necessários alcatroamentos nalguns locais desta união de freguesias. Outra preocupação sua atendendo à sua importância é a iluminação pública na Ciclovía entre o Areal Sul e a Praia da Areia Branca. No entanto esta situação está dependente da APA. Deste modo têm que pressionar a APA. Têm que dizer a esta entidade que é uma mais-valia e é muito importante a existência da respetiva iluminação. É importante, sobretudo, por questões de segurança. Espera que no próximo Verão este troço da ciclovía tenha a devida iluminação. A Câmara e muito bem investiu nesta obra. Mas como o dinheiro não chega para tudo uma parte deste troço ficou em tout-venant. Se o dinheiro chegasse para tudo de certeza que estava tudo em madeira. Em relação aos semáforos, referiu que as condições atmosféricas adversas têm sido prejudiciais para estes equipamentos, especialmente naqueles que estão na União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia. Nesse sentido, os referidos semáforos precisam de uma reparação a fundo. Outra situação tem a ver com o Festival da Abobora. Este evento já está a ganhar dimensões razoáveis e querem aumentar ainda mais. Contudo, a nível de espaço e de estacionamento estão limitados. Por outro lado, já se fala há alguns anos que é muito importante que na Vila da Lourinhã haja um pavilhão multiusos. Deixa, então, aqui o seu repto, mais uma vez, nomeadamente que o respetivo pavilhão possa ser localizado no campo da feira, pois tem todas as condições e era uma mais-valia para a economia do concelho. Sobre a situação da antiga Escola Dr. João das Regras, também gostaria de obter informação sobre o ponto de situação, até porque algumas pessoas já lhe perguntaram se o respetivo edifício irá receber refugidos. Respondeu que não tinha conhecimento que isso fosse acontecer e que não era viável. Mas, gostava que lhe prestassem informação sobre o ponto de situação daquele edifício. Em relação à Orla Costeira, referiu que se querem turismo também têm que ter a orla costeira acessível às pessoas e com bons acessos. Compreende que o POOC está em revisão e mais uma vez alerta que é importante que os autores do novo POOC venham ao local. É importante que analisem as situações no terreno. Aqui deixa um alerta ao Vereador do pelouro, nomeadamente, que convide os presidentes de junta de freguesia, cujas freguesias possuem orla costeira, para acompanharem esta matéria. Em relação à situação do cemitério da Lourinhã é uma preocupação também do executivo da junta de freguesia. Esperam que a curto prazo a Câmara resolva esta matéria dado que assiste-se cada vez mais

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

a uma diminuição de espaços disponíveis. Em relação aos bairros sociais, é importante não só a recuperação, mas também a construção de uma arrecadação para cada fogo, a fim de evitar que os moradores construam barracões para esse fim, como está acontecer.

**Filomena Frade:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que a sua intervenção prende-se com algumas dúvidas e observações, principalmente às GOP, embora alguns assuntos já tenham aqui sido referidos por alguns membros. Em relação às GOP, compreende-se que seja escrita por vários departamentos e por vários serviços da câmara e, portanto, é até aceitável que possa existir algum modo de escrita e de justificação diferente. Não é que seja incoerente, mas pensa que também não é positivo para o documento que a informação de alguns serviços seja bastante detalhada em contraponto com a informação de outros serviços que ficam um pouco pelo conceito e pela ideia geral não chegando a apresentar propostas concretas. Pode-se pegar no último exemplo que aqui foi referido em relação à parte do ambiente, onde é referido o pormenor da espécie que vai ser plantada na Avenida António José de Almeida, quando noutras áreas são referidas ideias gerais de intervenção do setor. Pensa que será uma situação em ter em conta, nomeadamente a articulação do texto deste documento. Já agora, também concorda que a espécie de árvore *Metrosidero Tomentosa* não será a mais adequada para aquela avenida. É uma árvore de grande porte de folha perene. Se travarem os sítios das caldeiras que estão na avenida e a situação das árvores que lá estão, facilmente percebem que elas estão assim porque as mesmas eram demasiado grandes para o espaço em causa, pelo que é sensato rever esta situação. Em relação a algumas ações que são depois identificadas com o respetivo valor no orçamento, concretamente, em relação ao Ordenamento do Território verifica que o valor ascende a 288.000,00 €, onde mais de 50% refere-se à realização de planos, estudos e projetos. Pensa que não podem cair na tentação de pensar que fazer ordenamento do território é fazer planos. Fazer ordenamento do território é mais do que isso, é executar os planos. Os planos são um meio para a gestão do território e já têm o Plano Estratégico da Lourinhã, o Plano Estratégico do Turismo, percebem que vão ter também um Plano Estratégico para a Aguardente. Num ano em que se prevê que o novo PDM entre em vigor, seria preferível ou expetável que o valor mais significativo fosse para a execução de planos e que a rubrica de ordenamento não se restringisse à realização dos planos, mas à execução de ações e desses planos em concreto. Em relação ao saneamento tem algumas dúvidas apesar de ser indicado também como uma opção estratégica e privilegiada para o próximo ano. Isto porque verifica que para a execução de ramais é previsto um valor de



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

7.500,00 € e a execução de duas elevatórias de 55.000,00 €. Pergunta: é com este valor e com estas duas opções que conseguirão resolver problemas graves de saneamento no concelho, como são os casos do Moledo, Casais Neto, Ventosa e algumas situações da Moita dos Ferreiros? Ou durante o próximo ano ainda ficarão estas situações por resolver? Em relação à requalificação do litoral, que também já foi aqui abordada como aposta e que tem dado resultados no Turismo, está inscrito um valor de 10.000,00 €. Pensa que com este valor pouca obra se consegue fazer ao nível da requalificação do litoral. Não sabe se estará depois subdividido ou se é somente este valor. Por outro lado em relação ao litoral e ao facto de aqui também ter-se falado sobre a realização da ciclovia e travessia da zona do sistema dunar do areal, pensa que seria também importante pensar nas ciclovias não só em situações de dinamização do litoral, mas de dinamização de litoral/interior. Existe uma situação excelente para isso, nomeadamente, as linhas de água, que têm um sentido de circulação nascente/poente com domínios públicos e com as respetivas margens face à forma de como os rios têm sido geridos. Portanto, têm realmente margens bem definidas que permitiriam criar ciclovias não tão infraestruturas como têm da Lourinhã – Areal, mas poderiam ser ciclovias mais informais como têm no Parque da Cegonha e que permitiriam este trânsito e esta mobilidade litoral/interior. Ai sim teriam um grande polo de atração que é inevitavelmente as praias e a costa e, por outro lado, teriam condições de fazer também com que essas pessoas entrassem mais para o interior do concelho e beneficiariam doutra situação, nomeadamente, o desnível que não existe ou contrário de Paimogo, que será uma ciclovia, se calhar, mais para BTT. O aproveitamento das linhas de água permitiria ter uma ciclovia com uma mobilidade mais confortável no mesmo sentido que é feito Lourinhã-Areal. Em relação ao Boletim Municipal partilham um pouco da opinião que é importante voltar a ter informação em papel para que chegue, realmente, às pessoas que não estão tão familiarizadas ou que não tenham acesso aos meios de suporte digital. Mas também lhes parece um investimento talvez excessivo, isto é, voltar à edição em papel com distribuição generalizada como foi até aqui ou nos moldes que conhecem. Pensam que faria sentido haver uma edição em papel, com uma distribuição não provavelmente por correio, mas disponibilizada nas associações, nas juntas de freguesia, etc, onde realmente as pessoas não tenham tanto acesso à informação digital possam ter acesso ao documento, reduzindo-se, no entanto, alguns custos também para o município e a pegada ambiental associada ao boletim municipal.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Presidente da Câmara:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, em relação à intervenção do membro José Soeiro, sobre o Turismo, mais concretamente, com a situação que se verificou na Pousada da Juventude versus Comissão Organizadora da Receção ao Caloiro do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, referiu que, de facto, é de lamentar. Portanto, teve conhecimento da respetiva situação e, nessa medida, já solicitaram a realização de uma reunião para obterem mais informações sobre este acontecimento e esperam que haja justificações plausíveis para o sucedido. E, se realmente já estava tudo acordado é, de facto, de lamentar que uma entidade como a Pousada da Juventude tenha agido daquela forma, deixando muitos estudantes na situação que foi relatada pelo membro José Soeiro. Em relação à Estalagem da Praia da Areia Branca, referiu que os projetos já deram entrada na Câmara. Nessa medida a curto prazo ir-se-á iniciar as respetivas obras de remodelação e de reabilitação daquele edifício. Esta situação irá, decerto, beneficiar a imagem do concelho e da Praia da Areia Branca. Em relação à Colónia de Férias de Castelo Branco, referiu que as entidades responsáveis já foram contactadas, dado que, entretanto, foi definido de quem é o respetivo património e, por conseguinte, foi possível apurar a quem se deveriam dirigir, nomeadamente, à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa. Assim, na sequência do contacto efetuado aguardam respostas da referida comunidade. Sobre a Mobilidade e Eficiência na Rua da Guiné – Lourinhã, referiu que tiveram conhecimento da situação da munícipe que faleceu. É verdade que a aludida rua precisa de obras para melhorar a mobilidade aos transeuntes, sobretudo ao nível de passeios e a nível semaforico. No tocante à Publicidade, este assunto já está resolvido. Portanto, todos aqueles que colocam publicidade foram notificados e, praticamente, todos pagaram a respetiva publicidade. Quem não pagou foi-lhes concedido um prazo para efetuarem o devido pagamento. Pretendem que esta situação esteja devidamente regularizada até ao final do mês de janeiro de 2016. Quem não pagar até essa data a Câmara retirará a respetiva publicidade. Paralelamente pretende-se concentrar a publicidade em pontos estratégicos e a mesma só poderá ser afixada nesses locais. Em relação ao funcionamento do Centro de Saúde, referiu que realizaram uma reunião há relativamente pouco tempo em sede de ACES Oeste Sul e ir-se-á ter outra reunião no dia 02.12.2015 com o Diretor do ACES Oeste Sul, Dr. Gonçalves André, onde estarão representados todos os municípios que integram o respetivo Agrupamento. Nessa medida irá levantar a questão que o membro José Soeiro denunciou, pois, se as coisas se passaram como foi relatado, não faz qualquer sentido que o Centro de Saúde esteja a funcionar nesses moldes, dado que terá que haver alternativas ou condições

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

de atendimento para as pessoas que não residem na Lourinhã ou que não estão inscritas. Se vêm à Lourinhã para usufruir, por exemplo, do litoral, devem ter um atendimento garantido no Centro de Saúde, para acudir alguma situação que possa ocorrer a nível de saúde. Sobre o IMI, referiu que o município da Lourinhã manteve as mesmas taxas, portanto, não as aumentou. No entanto, existe algum receio e alguma expectativa em relação àquilo que irá acontecer no próximo ano, sendo expectável uma quebra desta receita para o município, face às reduções para as famílias com filhos e às isenções concedidas, que passaram a ser feitas de forma automática. No próximo ano ir-se-á apurar a evolução desta receita e, nessa altura, terão que analisar as medidas a tomar. Relativamente à variação orçamental, referiu que é verdade que existe uma redução de cerca de 5 milhões, cujas razões já foram explicadas pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Custódio. Mas esta redução é transversal em todos os municípios ao nível da OesteCIM. Em relação ao IC11, referiu que concorda com o membro José Soeiro, pois pretende-se manter a intenção da construção do IC11, via que mantêm em sede de revisão do PDM, pois consideram que o IC11 é fundamental para a revitalização da economia do concelho e da região. Em relação à intervenção da membro Ana Caxaria, sobre a Casa Abrigo, referiu que o respetivo edifício é no Reguengo Grande e que costumam designar por “Casa da Professora”. É uma casa de abrigo, que tem um espaço muito bom e que precisa de ser reabilitado. Sobre o cemitério, estão atentos a esta situação e irão dar uma resposta, eventualmente, durante o mês de fevereiro de 2016. Sobre o tratamento das águas residuais, referiu que estas águas têm uma linha independente das águas pluviais. Existem ainda algumas situações, na Vila da Lourinhã, onde estas águas se misturam, sobretudo quando a precipitação é mais elevada. Mas o município está a trabalhar fortemente ao nível de sistemas separativos de drenagem, para que essa situação deixe de acontecer. Em relação à intervenção do membro Joaquim Simões, referiu que concorda com este membro, dado que também pretendem que os estabelecimentos de ensino tenham igual qualidade em prol dos alunos. Mas sobre esta matéria, o Sr. Vereador Fernando Oliveira irá dar uma resposta mais detalhada. Em relação às obras de ampliação da Escola da Cabeça Gorda, referiu que as obras já foram executadas, mas não foram ainda pagas. Tratou-se de uma obra participada pelo município de Lourinhã e de Torres Vedras. Agora ir-se-á começar a pagar a parte correspondente ao município da Lourinhã. Em relação à intervenção da membro Paula Marinho, sobre a Biblioteca, referiu que o Vereador Fernando Oliveira irá responder. Em relação ao Ambiente, no que concerne à ciclovía até Paimogo e que está associada uma verba de 10.000,00 €, explicou que trata-se duma obra que irá ser executada pelos serviços da

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

Câmara e pela União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia. A mesma irá ser concretizada apenas em *tout-venant* e pequenos *decks* nas zonas de interligação. Portanto, este percurso até Paimogo irá ser uma estrutura simples e prática. A mesma está praticamente feita no PR que lá existe, faltando só melhorar nalgumas partes e alargar um pouco em algumas zonas. A Câmara também tem intenção de construir este tipo de percurso no interior do Concelho, dando como exemplo, o Toxofal de Cima versus Ribeira do Toxofal até à Quinta da Moita Longa. Existe ainda a ambição de um dia levar este tipo de percurso até ao Planalto das Cesaredas, embora tenha um grau de dificuldade acrescido. Portanto, trata-se de um projeto de futuro, estando-se a fazer as devidas projeções para este efeito. Relativamente ao Apoio de Praia de Valmitão, o concessionário já possui o projeto para modificar a situação que a membro Paula Marinho reportou. O projeto está elaborado e esperam que haja condições para o concessionário executar as respetivas obras. Em relação ao Boletim Municipal, referiu que o município rececionou inúmeras reclamações, dado que há muitos munícipes que não têm acesso à internet. Deste modo há necessidade de corrigir esta situação. No entanto, pretende-se fazer um Boletim simples, económico e em papel reciclado. Pensa que a comunicação deste Boletim através do jornal local e pela Rádio, segundo a sugestão da membro Paula Marinho, é uma ideia que poderá ser analisada, até porque a Câmara mantém acordos com estes dois órgãos de comunicação social. Sobre o Planalto das Cesaredas, como é sabido existe uma comissão criada pela Assembleia Municipal e que a membro Paula Marinho também integra. Assim, espera que, com base no trabalho que tem sido desenvolvido por esta Comissão, que integra elementos da assembleia, da câmara e técnicos do município, possam apresentar aqui algumas soluções para o Planalto das Cesaredas. A Câmara estará disponível para implementar, dentro das suas possibilidades, as medidas que forem indicadas pela respetiva Comissão. Em relação à Aguardente da Lourinhã, referiu que o Plano está praticamente elaborado, tendo, inclusive, o Sr. Vereador António Augusto Antunes participado nalgumas reuniões. Quanto ao desenvolvimento desta matéria, tem sido o Sr. Vereador Fernando Oliveira o elo de ligação junto da empresa Quaternaire. Sobre a questão do Planeamento Urbanístico, designadamente as aplicações informáticas de utilização livre, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Custódio irá responder. Em relação à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, sobre o Parque da Cegonha, reportou que a Câmara está a trabalhar para que, no próximo verão, este parque seja uma realidade. O objetivo da Câmara é inaugurar o respetivo parque em 2016. Quanto aos alcatroamentos já falou sobre esta matéria. Referiu ainda que a Câmara reforçou esta rubrica e irá dar prioridade às situações mais graves

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

que existem nas freguesias. Relativamente aos semáforos, disse que já foram solicitados os devidos orçamentos, sendo expeável que até ao final deste ano seja reparado todo o sistema semaforico do Concelho. Sobre o Pavilhão Multiusos, informou que a Câmara está a trabalhar nesta questão, estando a ser elaborado o devido projeto. Se for sentido pelos autarcas (Câmara e Assembleia) que a concretização deste equipamento é benéfico para o desenvolvimento económico do Concelho, então não terá quaisquer problemas em contrair um empréstimo para a construção do respetivo pavilhão. Esclareceu ainda que desconhece a questão dos refugiados versus antiga escola Dr. João das Regras, dizendo que não fazia qualquer sentido albergar refugiados naquele edifício. Pode garantir que isso não irá acontecer. Sobre o Plano da Orla Costeira, como é sabido a empresa CEDRU está a desenvolvê-lo. O Sr. Vereador Vital do Rosário será o responsável pelo acompanhamento desta matéria, não só em relação ao concelho da Lourinhã, mas também em relação aos concelhos que possuem litoral e que integram a OesteCIM. Quanto ao cemitério já falou sobre esta matéria. Sobre a recuperação dos bairros sociais já têm essa situação definida e já estão a ser feitas algumas recuperações nalguns bairros. A ideia de se construir arrecadações parece-lhe pertinente e ir-se-á tentar concretizar no próximo ano. Em relação à intervenção da membro Filomena Frade, sobre o Ordenamento do Território, elucidou que esteve-se 4 anos a executar a revisão do PDM da Lourinhã. Estão agora na fase final, mas, no decurso deste processo, verificaram-se muitas situações que tiveram que ser revistas. Agora esperam que brevemente haja condições para apresentar o respetivo Plano à Assembleia Municipal. Sobre a elaboração dos textos das GOP referiu que concorda com a membro Filomena Frade, devendo estes ser alvo de uma boa verificação. Em relação ao Saneamento, referiu que a Câmara pretende resolver todas as situações que faltam executar no Concelho da Lourinhã nestes 2 anos. É sabido que uma parte compete à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo e, deste modo, querem articular da melhor forma as respetivas obras com a aludida empresa. Concorda também que haja ciclovias entre o litoral e o interior, existindo várias formas de o fazer. Há custos associados, mas é algo que a Câmara pode trabalhar para que isso seja uma realidade. Quanto ao Boletim Municipal já respondeu.

**Vereador Fernando Oliveira:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, referiu que relativamente à educação é evidente que há muito a fazer. O processo da educação não se esgota num orçamento. É um processo contínuo. Quando mencionam aqui a questão da desigualdade de acesso ao ensino têm a consciência daquilo que estão a dizer, porque, também aqui, há muito a fazer. Diria que há

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

bastante mais do que em relação à igualdade de tratamento. É uma opinião sua. Em todas as escolas, nomeadamente, naquelas que estão diretamente sob a responsabilidade do município, a igualdade de tratamento e de oportunidades estão no mesmo patamar e a oferta é igual em todos os estabelecimentos de ensino. Não há desigualdade de tratamento, nem pode haver e nem poderia haver. Quanto à desigualdade de acesso ao ensino, aqui sim detetaram algumas situações que levaram à criação de medidas para uma melhor capacidade de oferta no âmbito de atividades de apoio à família, melhorando, desta forma, o esforço financeiro dos pais e criando oportunidades iguais no acesso à escola pública. Este ano estão a criar e a pôr em prática a componente de apoio à família para o 1.º Ciclo. Obviamente que, no âmbito da melhoria das condições, das estruturas, do ensino, estão identificadas as obras que consideram prioritárias para o próximo ano. Isto, talvez, já responda de alguma forma à pergunta de algumas terem uma verba um pouco superior e outras terem uma verba diminuta ou irrisória. A questão que se colocou foi: de que forma se poderia colocar isto no orçamento. Ou seja, existe desde já, aquilo que se chama investimentos integrados e que estão aprovados. No entanto, estão aprovados mas não estão ainda assinados. Por conseguinte, não é possível colocar do lado da receita a respetiva verba, assim como do lado despesa a verba que se gastaria com a sua execução. O que fizeram foi: nos 3 investimentos que são prioritários colocaram o financiamento exclusivamente a cargo do município. Colocaram 15% que tem a ver com a taxa de financiamento que o município tem de suportar. Foi isso que foi feito com a requalificação da Escola Dr. Afonso Rodrigues Pereira; com o edifício das “Piscinas”; e com a Escola do Vimeiro. Aí está claramente identificado o montante que é devido ao município, correspondente à taxa de 15% e que está previsto no lado da despesa. Depois, obviamente, virão os respetivos acertos. No tocante à melhoria das estruturas, ao nível da educação, estas são as 3 prioridades do município para o ano de 2016. É evidente que todas as outras situações que estão inscritas serão, a seu tempo, contempladas com verba compatível para terem o devido desenvolvimento. Colocaram-nas já com a GOP aberta porque também pode haver economias de escala ao nível da execução e, desta forma, ficarem, eventualmente, verbas libertas. Deste modo, estando já as GOP abertas, poderão através da figura da alteração orçamental agir em conformidade e, assim, há condições para que no ano de 2016 possam antecipar alguma situação que seja possível executar. Mas que não restem dúvidas que as 3 prioridades estão bem definidas, mais concretamente: - a Recuperação do edifício das “Piscinas” e a sua transformação num pavilhão de apoio à prática desportiva da Escola EB 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira; - Recuperação da Escola Dr. Afonso

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

Rodrigues Pereira; e - Criação do jardim-de-infância inserido na EBI do Vimeiro. Em relação à Escola da Cabeça Gorda já foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara. Trata-se de assumir um compromisso que já estava definido. Em relação à Biblioteca, referiu que é evidente que têm todos a consciência da rentabilização que é necessária usufruir desta infraestrutura. Ir-se-á apurar as possibilidades que o próximo Orçamento Geral do Estado permite fazer em termos de recursos humanos, porque eles são, claramente, escassos. Sendo claramente escassos não permitem também ter as condições que todos desejariam. Mas deve dizer que os quadros que estão na Biblioteca têm feito um trabalho extremamente positivo, assumindo-se com uma intervenção cultural muito forte no âmbito da atividade do município. Sobre a questão do desporto é evidente que estão atentos às novas oportunidades ligadas ao mar. Tanto assim é, que no âmbito do trabalho que estão a desenvolver com o Grupo de Ação local ECOMAR, ao nível da DLBC, estão a negociar com o município de Torres Vedras, parceiro do município da Lourinhã nesta DLBC, a contratação duma pessoa, quer para o município de Torres Vedras, quer para o município da Lourinhã, para que faça um trabalho quase “porta à porta” no sentido de “agitar consciências” para se aproveitar as potencialidades que este novo instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento costeiro pode vir a apresentar. Enquanto isso não acontece estão a aproveitar para fazer um levantamento exaustivo com as diferentes associações e com os diferentes agentes do mercado em relação às atividades ligadas ao mar, com o objetivo de se criar nichos de mercado numa ótica de sedimentarem aqui alguns desses desportos. Esse trabalho está a ser feito e irão possuir um relatório, em princípio, até ao final do ano, onde estarão inventariadas estas situações. Relativamente ao Boletim Municipal, referiu que o Sr. Presidente da Câmara já falou sobre esta matéria. Mas quando dizem que pretendem colocar em papel é evidente que irão fazer a devida análise sobre a melhor forma de concretizar esta ação. Isso ainda está a ser estudado a vários níveis (periodicidade, tiragem, número de páginas, locais de distribuição, formato etc). É objetivo da Câmara concretizar esta situação no próximo ano, sem que haja custos associados elevados. Trata-se de um processo que ainda irá demorar algum tempo a ser concretizado e que se conjuga com a renovação do site do município, que se prevê, esteja operacional a respetiva reformulação nos primeiros dias de janeiro, dando uma outra vida e uma outra agilização também ao nível de conteúdos. Quanto ao comércio local, mencionou que têm sido realizadas reuniões regulares com o comércio local, onde têm sido identificadas as áreas que o município pode colaborar, como por exemplo, as animações de Natal que irá ter um programa vasto e que, na sua opinião, irá ser interessante, tendo sucintamente dado a conhecer o mesmo.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Vereadora Carla Custódio:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, respondeu à intervenção do membro José Soeiro sobre o valor previsto no orçamento para 2016 em termos de IMI, nomeadamente, o montante de 4.076.000,00 €. Informou que têm de colocar este valor no orçamento porque a Lei obriga que seja inscrita a média dos últimos 24 meses. Logo, sendo o orçamento elaborado em outubro corresponde à média de setembro de 2015 contando-se 2 anos para trás. Obviamente que já tiveram o pique do IMI e de certeza que este imposto irá diminuir, na medida em que, como já foi falado na anterior assembleia, irá passar a existir a figura da isenção automática. Ainda no decorrer desta semana falou com um funcionário da Repartição de Finanças e o mesmo disse-lhe que ainda não têm uma ideia, em termos de valor, o que isso pode representar. Quanto à diminuição do valor total do orçamento, mais concretamente, o montante de 8 milhões, disse que tem a ver com a situação que referiu anteriormente, isto é, o orçamento tem que ser elaborado através da média dos últimos 24 meses. Para além disso, este ano, também foi acrescentado uma nova regra, nomeadamente, a rubrica da receita dos bens de investimento, ou seja, em relação aos eventuais terrenos que o município pretenda vender não podem colocar os valores que o município acha que irá receber pela venda. Só pode colocar a média dos últimos 24 meses. Obviamente que se já tivessem candidaturas aprovadas, no caso onde já colocaram os 15%, tinham do lado da receita os outros 85% e, portanto, o orçamento subiria. Relativamente à questão colocada pelo membro Joaquim Simões sobre a escola da Cabeça Gorda, respondeu que já há vários anos que aparece no orçamento um valor que representa 10% da dívida do município da Lourinhã para com o município de Torres Vedras. Esta situação advém do seguinte: no passado fizeram um acordo com o município de Torres Vedras, em que aquele município construía o jardim-de-infância e o município da Lourinhã, como também tem lá alunos naquela escola, pagaria uma parte, cujo montante total é de 122.873,00 €. Este ano chegaram a um acordo, através das duas advogadas dos dois municípios, no sentido de pagar a respetiva verba em prestações. A primeira foi paga no final deste ano no montante de 12.287,19 € e nos próximos 23 meses ir-se-á pagar a quantia de 4.808,08 € por mês. Por isso, para 2016, está inscrita a verba de 57.696,96 € (12 prestações) e no ano de 2017 está a inscrita a verba de 52.888,88 € (11 prestações). A membro Paula Marinho referiu também que lhe parecia que a ciclovia Lourinhã-Areal tinha custado cerca de 1 milhão de euros e está correto. A respetiva membro disse ainda que, em 2015, a Câmara executou a ciclovia do Areal-Praia da Areia Branca e que tinha custado cerca de 100.000,00 €. Mas é esse valor se se considerar a ponte. O passadiço



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

custou cerca de 35.000,00 € e a ponte custou cerca de 75.000,00 €. Pretende esclarecer esta situação, pois não sabe se a membro Paula Marinho incluiu os custos com a ponte quando falou sobre esta situação. Quanto ao Boletim Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e o Vereador Fernando Oliveira já falaram sobre esta matéria, mas gostava de acrescentar só o seguinte: Acha que não pode ser esquecido que o concelho da Lourinhã tem uma população muito envelhecida e que não acede à internet. Assim, acha que essas pessoas merecem ter informação em papel. Por outro lado há uma coisa engraçada que gostava de lembrar aqui, mais concretamente, quando o município passou a ter a fatura eletrónica da água para que houvesse uma poupança nesta área, foi preciso ela própria trazer o impresso para esta assembleia municipal e para a reunião de Câmara, porque apenas 3 ou 4 autarcas tinham aderido à fatura eletrónica da água. Têm aqui um exemplo se calhar, de como as coisas, às vezes, não são assim tão fáceis e tão lineares. Respondendo ainda à questão colocada pela membro Paula Marinho sobre a aplicação livre no planeamento, referiu que pretendem deixar de ter software pago e utilizar sistemas abertos que possam ser gratuitos. Em resposta à intervenção do Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia sobre os alcatroamentos, explicou que nas GOP têm a coluna dos financiamentos definidos e dos financiamentos não definidos. Os financiamentos não definidos não pesam ainda neste orçamento. Nos alcatroamentos, nos definidos, vem lá uma verba de 200.000,00 € para abrir o primeiro concurso de massas quentes. Quando em abril houver o saldo de gerência essa rubrica irá ser reforçada pelo menos com o valor de 400.000,00 € para se abrir mais concursos destinados à recuperação de rede viária. Quanto à intervenção da membro Filomena Frade sobre o valor de 10.000,00 € destinado à requalificação do litoral, esclareceu que essa verba está, efetivamente, no orçamento de 2016. Mas na coluna do ano de 2017 consta uma verba de 390.000,00 €. Isto acontece porque têm quase a certeza que não irá ainda haver a respetiva candidatura para o ano de 2016. Mas se eventualmente houver, a devida GOP está aberta e é fácil antecipar a respetiva obra.

**Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:**

Após ter apresentado os seus cumprimentos, disse que é premente suprimir as várias situações de saneamento que correm a céu aberto, as quais continuam a persistir no concelho da Lourinhã. Saliu também a importância da recolha dos resíduos sólidos urbanos. Poderá haver a necessidade (terá que existir uma avaliação aos serviços) de reforçar os recursos humanos nesta área. Este serviço tem sido insuficiente na maior parte da freguesia de Santa Bárbara, dado que a recolha é feita apenas uma vez por semana nalgumas localidades,

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

nomeadamente, Pregança, Ventosa e nalguns Casais próximos destas povoações. Verifica-se a acumulação de resíduos, durante todo o ano, porque, reitera, não é suficiente uma recolha por semana. Quanto à rede viária, lembrou também que a freguesia de Santa Bárbara tem várias situações que carecem de asfaltamento, umas mais urgentes que outras. Neste mandato esta freguesia não foi ainda contemplada com nenhum alcatroamento. A população tem-se manifestado sobre esta situação, embora compreenda as limitações a nível financeiro. Contudo, as estradas estão cada vez mais degradadas e se nada for feito ficarão ainda em piores condições. Volta a alertar para a situação dos semáforos em Santa Bárbara. Os mesmos estão presos por arames e não é uma expressão porque ainda no último temporal teve que prender um semáforo pois estava em vias de cair. Relembra ainda duas coisas, designadamente, não tem nada contra as opções e os investimentos previstos, no entanto pede que não seja esquecido o restante concelho, que vai para além da Vila da Lourinhã e da Praia da Areia Branca. Existe muito território concelhio para além do litoral. Aprecia o litoral do concelho, costuma frequentar a Praia da Areia Branca e a Vila da Lourinhã, mas existem outras localidades no concelho e é importante que o município pense em alguns projetos para além daqueles que as freguesias pensam ou propõem. Quer lembrar a importância da Escola Básica da Marquiteira. Já foi dito que está aberta a GOP para uma eventual candidatura. Quer, no entanto, lembrar a importância e a necessidade desta escola. As crianças continuam diariamente a fazer o trajeto a pé da escola até à zona de almoço e respetivo regresso. Quando as condições climatéricas permitem é aceitável, mas quando as condições climatéricas são desfavoráveis, não é aceitável que crianças até 10 anos façam este percurso diariamente. Agora só uma nota pessoal, já que se falou em ciclovias. Como praticante de BTT e utilizador de bicicletas, na sua opinião, uma ciclovia destina-se à livre circulação de bicicletas. Ou seja, quando se projeta uma ciclovia tem de se planear a existência de um espaço lateral para peões. Uma ciclovia não funciona com peões e com bicicletas. Isto é, na maioria das ciclovias que existem na zona, independentemente, de serem no concelho da Lourinhã ou não, por vezes os ciclistas são obrigados a passar fora da ciclovia porque não conseguem partilhar o espaço com as pessoas que ali correm ou andam a pé. É apenas um alerta, nomeadamente, quando planearem a construção de uma nova ciclovia no concelho, onde quer que seja (também é favorável que se faça ciclovias no interior do Concelho), deverá ser contemplado uma pista para peões e outra para ciclistas, para que todos a possam utilizar em segurança e usufruírem devidamente do espaço.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Filomena Frade:**

Expôs que na sua primeira intervenção esqueceu-se de questionar um aspeto sobre a rede de águas. Nessa medida, pergunta: nos valores que são indicados e aquilo que está definido para a rede de abastecimento de água e reforço da rede ou melhor, o que é indicado como reforço, é o reforço ao abastecimento ao concelho? Deduz-se que não seja a rede dentro do concelho. Tendo em conta situações com alguma gravidade, como existe na Praia da Areia Branca que tem condutas bastante envelhecidas e com roturas sucessivas, assim como em algumas zonas da Lourinhã, não se deveria prever o reforço destas redes? Porque, parece-lhe, que também não será com estas verbas em orçamento que se consegue fazer melhoria ou substituição das redes de abastecimento de água. Por outro lado ainda este mês esteve nesta sala na sessão de apresentação do Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste e no grupo de trabalho que integrou foi identificado por vários técnicos de vários municípios que, a existência de redes separativas e de um cadastro das redes são fundamentais para reduzir a carga poluente em linhas de água. Logo, não é, realmente, uma situação que se verifica só na Lourinhã, mas sim na região, sendo unanime que é fundamental conhecer-se as redes que existem e serem executadas redes separativas. Não só como melhoria de eficiência dessas redes, como também para reduzir a carga poluente. Assim, conjugando os valores e as opções que estão neste Plano, com esta situação que está identificada e com a opção de fazer melhorias na rede viária e asfaltamento, não se estará a sobrepor ou a ultrapassar aqui opções? Ir-se-á asfaltar arruamentos que provavelmente precisam de intervenção para fazer substituição ou melhorias de rede? Era esta a ordem ou esta prioridade que gostava de questionar. Por outro lado pensa que o Sr. Presidente da Câmara não respondeu, objetivamente, à questão que colocou sobre o saneamento, nomeadamente, as 2 elevatórias que estão indicadas quais são? Serão estas elevatórias que resolverão a situação do Moledo? Sendo duas qual é a outra situação que se irá resolver? Serão estas verbas suficientes para resolver estas situações? Também foi novamente referida a questão do Areal e das ciclovias. Não se podem esquecer e, pelos vistos, a APA não tem deixado esquecer, que na zona do Areal existe um sistema dunar. Concorda e defende que os sistemas e o litoral não têm que ser algo estanque, isto é, deve ser permitida a utilização e o usufruto da paisagem. Por outro lado não pode ser esquecido que é um sistema dunar único no concelho. Devem ter algum cuidado nas intervenções que lá fazem. Faz esta referência face ao que tem sido referido sobre a iluminação. Pensa que uma solução muito pontual será a adequada, evitando infraestruturas e colocação de postes. Também a vedação que foi feita na

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

zona da Praia do Areal provocou o aumento do estacionamento dentro da zona das dunas. A zona que tinha o antigo armazém, entretanto demolido, tem ainda a base compactada ou pelo menos em cimento. Depois, no alargamento dessa zona houve terraplanagens e colocada uma nova vedação. Essa zona tem sido utilizada, sistematicamente, para parque de estacionamento, fazendo com que os carros entrem, cada vez mais, dentro da zona dunar. Naquela praia têm uma zona bastante grande de estacionamento e se for feita uma boa marcação ou se for bem organizado, irá permitir que haja um estacionamento enorme para muitos carros. Na sua opinião deverá ser uma prioridade para a próxima época balnear, mesmo com uma organização ligeira, isto é, não está falar em asfaltar ou pavimentar aquela zona, mas sim organizar o estacionamento para que se possa rentabilizar ao máximo a área destinada ao estacionamento.

**Joaquim Simões:**

Manifestou que quer questionar diretamente a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Custódio sobre a requalificação ou ampliação das escolas do Seixal, Marquiteira e Cabeça Gorda. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Custódio acha ou é exetável que haverá alguma intervenção ao longo do ano de 2016 nestas 3 escolas? Ainda que não tenha sido ele a levantar a questão da antiga Escola Dr. João das Regras, quer perguntar o seguinte: já têm a garantia, dada pelo Sr. Presidente da Câmara, que não vai servir para albergar os migrantes ou refugiados. Assim pergunta, qual é o destino que está previsto para aquele espaço.

**José Tomé:**

Referiu que estes documentos, como todos sabem, são verdadeiramente estruturantes no tocante às ações concretas para o ano de 2016. As mesmas estão aqui expressas e que o Executivo apresenta. Ficaram a perceber também, face à postura de auditores dos vereadores do PSD conforme a sua Declaração de Voto, que os documentos estão em conformidade e cumprem todas formalidades. Refira-se que é mantido o investimento na educação e com agrado releva aqui essa questão, nomeadamente ao nível das infraestruturas, no apoio que é dado aos agrupamentos e na dinâmica que se vai mantendo na educação. Em termos orçamentais releva aqui também o reforço de 50% que é feito para as bolsas de estudo do ensino superior. Na sua opinião é extremamente importante nesta altura, dado que foram criadas grandes dificuldades para a grande maioria dos cidadãos deste país. Essas dificuldades têm trazido graves problemas às famílias com elevado prejuízo no apoio aos estudos dos seus filhos. Releva também a dinamização das atividades económicas, nomeadamente com a participação em feiras nacionais e internacionais, que tem evidenciado

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

os produtos que o concelho possui nas diferentes áreas, tais como hortícolas, frutícolas, aguardente, etc. Esta situação parece-lhe extremamente positiva e crê que dentro em breve começara a ter o seu retorno, embora já tenha havido para algumas empresas que têm a sua atividade neste concelho. Também, em termos económicos, o reforço da verba de 4% às juntas de freguesia parece-lhe extremamente positivo, numa altura em que ainda se vive com algum aperto económico. Mas ao ter-se esta atitude, assume-se o quanto é importante o papel das freguesias no bom desempenho que sempre têm tido. Dai esta visão do Executivo em reforçar esta verba com equidade. Assim, todas as freguesias irão receber uma verba maior em 2016, o que, na sua opinião, é extremamente importante. Ainda em relação à educação, quer fazer um pequeno parentese. É sabido que é um defensor do municipalismo da educação pelas mais-valias que traz, pela proximidade e pela capacidade da dinâmica local. Na sua opinião está a chegar o momento para renegociar o Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação. Há algumas fragilidades que têm neste processo no tocante ao pessoal não docente. A Escola Secundária, por algumas razões por parte do Ministério, na altura, não foi contemplada no Contrato de Execução. Mas, neste momento, vale a pena rever essa situação e, do seu ponto de vista, faria todo o sentido que isso acontecesse, para dar às escolas, aos agrupamentos e, obviamente, ao pessoal não docente as melhores condições, desenvolvendo todo este processo concursal no sentido de fixar as pessoas, permitindo-lhes um investimento na sua formação e na sua própria motivação. Acha que valeria a pena reforçar esta questão. Quanto ao Parque Jurássico acha que é importante que se defina e que se faça um ponto de situação. Considera que 2016 é um ano marcante para ao arranque do mesmo. É uma estrutura que está há muito para ser implementada, mas que, por diversas razões e contrariedades, não tem sido possível a sua implementação. Relativamente ao Planalto das Cesaredas e Grupo de Trabalho criado no seio da Assembleia Municipal, cuja matéria já foi aqui abordada, crê que a membro Paula Marinho, quer referir o seguinte: de facto, não se vislumbra, claramente, uma verba inscrita. Por outro lado, crê que, em reuniões que houve, onde participaram quer o Sr. Presidente da Câmara, quer o Sr. Vereador Vital do Rosário, ficou assumido que, pelo menos, haveria uma rubrica específica para o Planalto das Cesaredas. Essa situação poderá estar contemplada na página 7 das GOP, na parte do Ordenamento do Território, Planos, Programas, Projetos, Estudos, onde consta uma dotação de 114.000,00 €. Se é aqui, então muito bem! Mas talvez fosse bom marcar uma posição clara sobre esta temática. Ouve-se aqui falar e bem sobre a necessidade da requalificação da rede viária. Logo na introdução é manifestada essa preocupação relativamente à requalificação

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

significativa que é necessária fazer na rede viária. Mas, Sr. Presidente da Câmara permita-lhe que faça aqui um apelo, nomeadamente, que haja uma responsabilização dos organismos do Estado através de uma posição marcante por parte da Câmara. Dá o exemplo da manutenção da EN 8-2 entre a Lourinhã e a Marteleira. Veja-se quem corta os caniços e como estão as valetas e de quem é a competência. Acha que tem de haver da parte da Câmara uma posição marcante, pois há concelhos onde essa falta de manutenção, por parte da EP – Estradas de Portugal, não acontece. No concelho da Lourinhã existe, de facto, um desleixo muito grande por parte da Estradas de Portugal, pois quem corta os caniços são os camiões e os carros. Isto vem um pouco na linha da preocupação que existe em relação às águas pluviais, que depois danificam os pisos. A Câmara tem de ter uma posição marcante para que os organismos competentes assumam a suas responsabilidades. No global o trabalho que é aqui apresentado nas GOP, no ponto de vista da bancada do PS, é positivo. Acha que reúne e tem, na sua globalidade, a dinâmica que tem sido mantida pela governação socialista.

**Jorge Sousa:**

Salientou que, antes de mais, quer saudar o Sr. Presidente de Câmara pela sua anunciada candidatura às eleições autárquicas de 2017. Aproveita esse facto para recordar que em 27.09.2013 foi noticiado que as obras do Parque Jurássico avançariam nesse mesmo ano. Cerca de 1 ano depois souberam que tinha sido adiado por via da falha de financiamento do investidor privado. Gostava de perguntar qual é o ponto de situação deste projeto e se o ano de 2016 vai ser ou não o ano decisivo para a execução do Parque Jurássico da Lourinhã. Quer também questionar o Executivo Municipal sobre a oferta profissional no ensino na Lourinhã no que diz respeito, sobretudo, à Escola Agrícola. Qual é o ponto de situação desta escola? Vão ou não avançar com o respetivo projeto? Já houve uma tentativa, por parte da Câmara, mas não foi concretizado na altura dado que o número de alunos era insuficiente. Também entendem que a atração de investimento e a capacidade da Câmara em atrair empresas, para criarem postos de trabalho no município, é fundamental. Deste modo gostava de questionar o Executivo Municipal sobre a quantidade de empresas que, neste momento, estão sediadas na Startup Lourinhã. Não poderia terminar sem fazer a seguinte referência: de facto vivem tempos especiais na democracia portuguesa e aqui na Câmara Municipal da Lourinhã também se vive esses dias, isto porque o colega José Tomé fez referência à Declaração de Voto dos Vereadores do PSD e do CDS, mas recorda que os Vereadores do PS tiveram necessidade não só de defender o próprio documento como também fazer uma declaração de voto quase a fazer oposição à oposição.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Paula Marinho:**

Declarou que queria apenas esclarecer algumas situações para que não fique a ideia de coisas que não disse aquando da sua intervenção. Precisamente por saber da importância do suporte de papel é que sugeriu que fosse analisada a opção de se criar um suplemento no jornal, para tentarem minimizar os custos e a pegada ambiental, como, aliás, foi corroborado pela membro Filomena Frade. Quanto às ciclovias, não colocou em causa as obras já executadas na Praia da Areia Branca e no Areal, nem a forma de como foram feitas, até a elogiou. O que pôs e põe em causa, mesmo que seja pelos tais 10.000,00 €, é ser feita agora e ali, porque não noutra sítio e o seu planeamento.

**José Soeiro:**

Referiu que quer chamar a atenção para um pormenor que talvez justifique algumas coisas. O atraso que se verifica com a implementação do Quadro de Financiamento Comunitário 2014-2020. Esta questão, por vezes, passa ao lado. Isto levanta um problema, mais concretamente, o problema de comunicação da autarquia. O problema da comunicação da autarquia é, fundamentalmente, dirigido aos cidadãos residentes do município. Os mesmos têm uma estrutura etária que não lhes permite ter o conhecimento suficiente para utilizar os meios informáticos para obterem as mais diversas informações que a Câmara divulga. A relação do município na comunicação com os munícipes tem que passar pela estrutura associativa que existe nas aldeias, pelas juntas de freguesia e tem que ser em papel. Não tem que ser um encarte no Jornal Alvorada, porque este jornal, segundo sabe, é para pessoas que pagam o jornal e o município não paga ao Alvorada para por a distribuição de encartes para aqueles que compram o respetivo jornal. Diz-se coisas do arco-da-velha! Uma outra questão que quer chamar a atenção é o seguinte: efetivamente o Parque Jurássico é muito importante, não sabe, no entanto, se no local onde está previsto. Mas mais importante que o Parque Jurássico e porque já existe material para isso é o Museu do Jurássico, no sentido de suportar um mestrado em paleontologia e que desenvolva cientificamente a área do jurássico e da paleontologia no concelho. Para esse efeito poderá ser utilizada uma das áreas da antiga escola Dr. João das Regras, desde que remodelada. É uma possibilidade. Finalmente para terminar, o fundamental em todo o desenvolvimento das GOP é a definição das prioridades e, por exemplo, já foi aqui falado várias vezes a questão do BTT. Concretizar circuitos para BTT não é nada de muito complicado e poderia ser a 1.<sup>a</sup> fase da introdução da bicicleta no interior do concelho.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Presidente da Câmara:**

Em resposta à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, sobre o saneamento, elucidou que a Câmara está a aguardar que abra uma candidatura ao ciclo urbano da água. É sabido que a freguesia de Santa Bárbara tem situações que precisam de ser resolvidas. Deste modo, a expectativa que existe é que essas situações sejam resolvidas através do referido ciclo urbano da água. Sobre as estradas, semáforos e escola, exprimiu que concorda com a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, sendo essa a estratégia que está definida, que tem sido conversada e que irão executar. Quanto à intervenção da membro Filomena Frade, sobre a rede de águas e distribuição e o Plano de Gestão, explicou que o ciclo urbano da água irá introduzir o que falta. Obviamente que já possuem um técnico que irá trabalhar com a Câmara nesta matéria. Aguardam, como disse, que abra a respetiva candidatura. Sobre as estações elevatórias, informou que na localidade do Moledo a responsabilidade é da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Relativamente ao Toledo e Peralta é a Câmara que irá fazer as respetivas elevatórias. São as primeiras a realizar em 2016. Irão fazer ainda outra, este ano ou no início do ano de 2016, em Casais Netos. Em relação à intervenção do membro Joaquim Simões, sobre a Escola de Cabeça Gorda, referiu que a pergunta tem que lhe ser dirigida a si (Presidente da Câmara), pois é ele que tem que responder. Depois, se entender, concede a palavra a um dos vereadores para dar as devidas respostas. A Escola de Cabeça Gorda está pronta e está a ser utilizada. A obra foi feita pela Câmara Municipal de Lourinhã e pela Câmara Municipal de Torres Vedras. O município de Torres Vedras pagou a totalidade da respetiva obra e o município da Lourinhã está a pagar agora ao município de Torres Vedras a parte que lhe compete. Quanto às outras situações na Cabeça Gorda, disse que está ser elaborado um projeto e ir-se-á tentar executar as respetivas obras em 2016. Se não for em 2016, decerto que será em 2017, pois também é uma prioridade. O membro **Joaquim Simões** manifestou que não foi essa a questão que colocou. A questão que apresentou, aquando da sua intervenção, foi a seguinte: se é exetável que se executem as obras previstas para a Escola da Cabeça Gorda, para a EB1 da Marquiteira e para a EB1 do Seixal no decorrer do ano de 2016. O Sr. **Presidente da Câmara** esclareceu que as prioridades estão definidas, nomeadamente, as obras na Escola Dr. Afonso Rodrigues Pereira e o pavilhão de apoio à prática desportiva dessa escola e a Escola do Vimeiro. A seguir irão tentar concretizar as outras situações. Se tivessem capacidade financeira para fazer tudo era ótimo. Mas, infelizmente, não têm, por isso tiveram que definir prioridades e as prioridades são as que enunciou. Sobre o destino a dar às instalações da



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

antiga escola Dr. Afonso Rodrigues Pereira, revelou que estavam a estudar vários cenários, sendo que uma possibilidade seria a de submeter à participação da população através de um concurso de ideias. Estão a trabalhar, paralelamente, numa outra área, no entanto ainda não têm dados concretos para transmitir. Mas transmitirão logo que tenham. Respondendo à intervenção do membro José Tomé sobre as infraestruturas concorda plenamente com este membro. É a aposta que a Câmara tem feito. No que se refere às bolsas de estudo trata-se dum matéria importante e este aumento de 50% irá abranger mais pessoas com dificuldade a nível financeiro. Quanto às freguesias, efetivamente, há um aumento ao nível da atribuição de verbas e concorda com aquilo que o membro José Tomé expôs. Em relação ao pessoal não docente, a estratégica que a Câmara adotou visa assumir a contratação de pessoal não docente para que existam melhores condições de trabalho, em todos os sentidos, em prol, sobretudo, dos alunos. Informou também que o município está a trabalhar muito seriamente no projeto do Parque Jurássico. Existem vários cenários e opções. Estão a fazer a devida análise ao nível do estudo económico, sendo expeável que na próxima semana haja uma proposta. Têm conhecimento que irá abrir a respetiva candidatura entre janeiro e março de 2016, pelo que a respetiva matéria será ainda analisada para que possam tomar uma decisão. Logo que possível haverá uma comunicação à Assembleia. Adianta, no entanto, que a referida decisão será tomada brevemente para que possam seguir com este projeto o mais rápido possível. Concordou igualmente com o membro José Tomé no concernente à rede viária. Informou que, na próxima semana ir-se-á realizar uma reunião entre a Câmara e as Infraestruturas de Portugal, onde será abordada, precisamente, a questão da manutenção e conservação das estradas nacionais, assim como a forma de relacionamento e de funcionamento que haverá, no futuro, com esta entidade, porque, de facto, a relação que existiu com a antiga empresa Estradas de Portugal não foi a melhor. À intervenção do membro Jorge Sousa, respondeu que, em relação à sua candidatura às autárquicas de 2017, cada um faz aquilo que melhor entende. Sobre o Parque Jurássico já respondeu que no 1.º trimestre do ano de 2016 haveria dados concretos e opções definidas em relação a este projeto pois é, sem dúvida, um projeto muito importante para a Lourinhã. Não se pode perder mais tempo e, neste momento, existem realmente condições para se tomar uma decisão. No que se refere à Escola Casa Agrícola, como o membro Jorge Sousa sabe, o Ministério na altura não criou condições necessárias para que naquele espaço fosse ministrado cursos de formação profissional. Ir-se-á ver o que irá acontecer àquele espaço, mas adianta que, brevemente, irá haver notícias sobre esta matéria. Sobre a captação de empresas, existem, neste momento, 5 empresas devidamente

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

aprovadas. Há ainda em curso um pedido de mais uma empresa. Logo, é expectável que fiquem a funcionar naquele espaço 6 empresas. À intervenção da membro Paula Marinho, sobre o boletim municipal em suporte de papel, esclareceu que a Câmara irá analisar muito bem a melhor forma de concretizar esta situação a todos os níveis, tal como já explanou o Vereador Fernando Oliveira. À intervenção do membro Filomena Frade sobre a Praia do Areal/Parque de Estacionamento, respondeu que a Câmara não pode fazer nada naquele espaço porque está inserido no Plano que a CEDRU está a elaborar. No entanto, segundo percebeu, o parque irá ficar devidamente definido, ligeiramente mais pequeno e não será alcatroado. Existe um enquadramento naquele espaço e logo que possam, apresentarão o respetivo projeto à Assembleia. A própria APA está a acompanhar este projeto, tendo a Câmara já apresentado soluções. À intervenção do membro José Soeiro sobre a comunicação do município, concordou que, realmente, tem que ser feita da melhor forma. Isso é manifestado pelos munícipes. Quanto ao Parque Jurássico, já respondeu. Concorda plenamente com o membro José Soeiro relativamente à questão do Museu. A Câmara está disponível para, juntamente com GEAL, analisar esta situação e, eventualmente, ampliar o espaço existente ou outra situação. Concorda ainda com o membro José Soeiro sobre o desenvolvimento das prioridades, as quais têm que ser definidas e desenvolvidas da melhor forma, dado que não há verbas suficientes para tudo.

**Paula Marinho:**

Começou por agradecer ao Presidente da Câmara por ter respondido à questão que levantou sobre o boletim municipal, a qual, pelo menos, o Presidente da Câmara entendeu. Não deixa de ser interessante que andem a falar aqui do respetivo boletim e não se tenha percebido aquilo que expôs. Também é interessante que se fale muito em democracia e quando um membro tenta dar uma sugestão construtiva usem-se expressões como “do arco-da-velha”, sem se pensar se já não terão dito também essas coisas e se tiveram o mesmo comportamento por parte dos outros. Além de que muitas vezes na ânsia de criticar, por vezes, não ouvem tudo o que é referido. O que fez foi uma sugestão onde se poderia utilizar o jornal. Mas também disse que a ser necessário, precisamente por causa do pagamento e da tiragem, fosse feita uma folha frente e verso com comunicação objetiva e clara. Não deu uma sugestão que “obrigasse” as pessoas a comprarem. Convinha que ouvissem e que respeitassem as opiniões e as sugestões apresentadas aqui de forma construtiva.

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Joaquim Simões:**

Expressou que não poderia deixar de pedir desculpa por ter quebrado o protocolo quando questionou diretamente a Vereadora Carla Custódio. Contudo, não pode deixar de referir que foi o Presidente da Câmara que os induziu a essas práticas, pois, habitualmente atribui a palavra aos Srs. Vereadores, em função das suas especialidades, pelo que, para atalhar caminho, agiu daquela forma. Mas, pede, mais uma vez, desculpa e garante que não voltará a cometer essa imprudência. Além disso quer clarificar se, efetivamente, na escola EB1 da Cabeça Gorda já foram realizadas obras nas instalações sanitárias. Tanto quanto sabe estavam numa situação lastimável. Assim como quer saber se na EB1 do Seixal já foi feito qualquer remedeio no espaço onde são distribuídas as refeições. Aqui também apela à ajuda do Sr. Presidente da União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia, porque o espaço onde os alunos fazem as suas refeições é completamente degradante. Aquilo é um cubículo e a escola do Seixal ainda é frequentada por cerca de 60 alunos e o respetivo espaço não tem as mínimas condições. Se isso não é prioritário têm então uma escala de prioridades completamente diferente.

**Presidente da Câmara:**

Esclareceu que, efetivamente, já identificaram os respetivos problemas e estão a analisar a forma de resolver estas situações. Tratam-se de pequenas reparações e estão a trabalhar com as juntas de freguesia com vista à sua resolução.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 49 – “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 15 votos a favor, 7 votos contra e 7 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 50 – “ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016 E DO MAPA DE PESSOAL”**, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 19 votos a favor, 7 votos contra e 3 votos de abstenção, num universo de 29 presenças.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD PARA OS PONTOS II E III – PROPOSTAS 49 (GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016) E 50 (ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016 E DO MAPA DE PESSOAL):**

*“ Os Municípios têm hoje grandes e estimulantes desafios. O novo paradigma do Poder Local confere às políticas de proximidade, em múltiplas áreas como a educação, a saúde e o bem-estar das populações, o ordenamento territorial, a gestão dos recursos humanos e naturais, a*

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

*cultura, bem como o desenvolvimento da economia local e a criação de emprego, uma importância maior. A sociedade global e transversalmente digitalizada contextualiza as comunidades locais num mundo de complexidade crescente mas também de uma nova escala de oportunidades. Saber ser local e global, próxima e com visão do mundo, valorizar o que é único e transaccionável, tendo sempre as pessoas no centro da acção política, é o repto que se impõe à gestão municipal.*

*O Município da Lourinhã insere-se numa região com evidente potencial de crescimento e desenvolvimento económico e social no futuro próximo. Beneficia hoje de um quadro legislativo que propicia a disciplina orçamental e a sustentabilidade das finanças das autarquias. Tem à sua disposição um substantivo e novo ciclo de fundos europeus. Um contexto de crescimento do turismo e de dinamização das exportações. E, sobretudo, pode contar, sempre, com o espírito de trabalho e empreendedor das suas gentes.*

*É por isso que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de uma Câmara Municipal não são meros instrumentos administrativos ou contabilísticos. A sua apresentação não é um mero formalismo e, por maior que seja a abnegação e o espírito de missão pública dos serviços, a falta de visão estratégica da liderança não pode ser suprida.*

*É por isso também que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2016 que foram apresentados pelo executivo socialista da Câmara Municipal da Lourinhã não estão à altura nem do contexto e das oportunidades, nem das forças e das aspirações dos Lourinhanenses.*

*Podemos desfiar os exemplos: a sempre prometida e sempre adiada concretização do parque jurássico; a falta de capacidade de atracção de investimentos e de dinamização de novas iniciativas empresariais, como está à vista no projecto StartUp Lourinhã; a ausência de uma agenda e de uma estratégia clara para os fundos do Portugal 2020; os erros nas opções no parque escolar do concelho; o insuficiente ou errático planeamento urbanístico. Mas tão elucidante, como esses e outros exemplos, da ausência de estratégia e de rumo é a inconsequente declaração de voto apresentada pela maioria socialista.*

*A Lourinhã e os Lourinhanenses podem continuar a contar com o trabalho e as propostas do PSD nesta Assembleia Municipal. Podem continuar a contar com as nossas ideias, sugestões e críticas. De forma construtiva e frontal. Nunca seremos oposição à Lourinhã. Somos, sim, alternativa para uma nova gestão municipal que esteja à altura dos desafios de hoje e das legítimas aspirações dos Lourinhanenses.*

*Lourinhã, 26 de Novembro de 2015*

*Os Membros do Grupo Municipal do PSD”*

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**PONTO IV – Proposta 51 – Discussão e votação da proposta relativa à "DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS"**, que em baixo se transcreve:

*"Conforme previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, (LCPA), é da Assembleia Municipal a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas.*

*A Lei nº 22/2015, de 17 de março, veio aditar o nº 3 ao artigo 6º da LCPA, permitindo que "nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 179/99, de 8 de junho, a competência referida na alínea c) do nº 1 pode ser delegada no Presidente da Câmara."*

*Nestes termos legais, permite-se ao Presidente da Câmara autorizar a assunção de compromissos plurianuais quando os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos (alínea b) do nº 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei nº 179/99, de 8 de junho).*

*Salienta-se que, por força do disposto na alínea y) do nº 1 do artigo 35º, articulado com a alínea c) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Câmara deve dar conhecimento à Assembleia Municipal das decisões tomadas ao abrigo da delegação da competência."*

*Assim, face ao acima exposto, e em cumprimento da deliberação tomada Câmara Municipal, por maioria<sup>1)</sup>, em sua reunião de **11/11/2015**,*

**PROPONHO**

*Ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que a Assembleia Municipal delegue no Presidente da Câmara Municipal, a seguinte competência constante da alínea c) do nº 1 do artigo 6º do citado diploma legal, nos termos e limites constantes da alínea b) do nº 1 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, ou seja, autorizar a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

Lourinhã, 17 de novembro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(João Duarte Anastácio de Carvalho)

1) Os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se”

Após uma explanação, por parte do Sr. **Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**José Tomé:**

Referiu que na proposta, em rodapé, está escrito que os Srs. Vereadores Hernâni Santos, António Augusto Antunes e Vanda Oliveira abstiveram-se. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se na altura foi feita mais alguma observação ou apresentado algum argumento ou se esta Proposta, naquela postura de auditores, não está em conformidade com a Lei.

**Presidente da Câmara:**

Os Srs. Vereadores apenas se abstiveram. Não levantaram qualquer questão pois é um imperativo legal.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 51 – “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA AUTORIZAR A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

**PONTO V – Proposta 52 – Discussão e votação da proposta relativa à “CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DAS VERBAS A TRANSFERIR PARA JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR / ANO LETIVO 2015-2016”**, que em baixo se transcreve:

*Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 30/10/2015, e por força do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,*

***PROPONHO,***

*Que essa Assembleia Municipal, no âmbito do PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, autorize a celebração de protocolos de delegação de competências com as Freguesias que abaixo se referem, de acordo com a Minuta de Protocolo que se anexa à presente proposta.*

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

<b>FREGUESIAS</b>	<b>TOTAL</b>
<i>Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros</i>	<b>25.684,12 €</b>
<i>Junta de Freguesia de Reguengo Grande</i>	<b>13.708,12 €</b>
<i>Junta de Freguesia de Santa Bárbara</i>	<b>7.831,23 €</b>
<i>União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo</i>	<b>17.920,43 €</b>

*Lourinhã, 17 de novembro de 2015.*

*O Presidente da Câmara,*

*(João Duarte Anastácio de Carvalho)*

Após uma explanação, por parte do Sr. Vereador **Fernando Oliveira**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**Joaquim Simões:**

Referiu que pretende, apenas, realçar o trabalho importante que as juntas de freguesia desenvolvem ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo. Pela proximidade garantem uma resposta mais rápida e de qualidade no apoio aos estabelecimentos de ensino que existem no concelho. Assim sendo, só têm que se congratular por esta transferência de competências e de verbas.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 52 – “CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DAS VERBAS A TRANSFERIR PARA JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR / ANO LETIVO 2015-2016”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

**PONTO VI – Proposta 53 – Discussão e votação da proposta relativa à “CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DAS VERBAS A TRANSFERIR PARA JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO / ANO LETIVO 2015-2016”**, que em baixo se transcreve:

*Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 11/11/2015, e por força do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,*

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

**PROPONHO,**

Que essa Assembleia Municipal, no âmbito do **PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES**, autorize a celebração de protocolos de delegação de competências com as Freguesias que abaixo se referem, de acordo com a Minuta de Protocolo que se anexa à presente proposta.

<b>FREGUESIA</b>	<b>TOTAL</b>
<i>União de Freguesias de Lourinhã e Atalaia</i>	17.057,44 €
<i>União de Freguesias de Miragaia e Marteleira</i>	24.739,42 €
<i>Junta de Freguesia de Moita dos Ferreiros</i>	531,00 €
<i>Junta de Freguesia de Reguengo Grande</i>	4.001,67 €
<i>Junta de Freguesia de Santa Bárbara</i>	1.078,20 €
<i>União de Freguesias de São Bartolomeu dos Galegos e Moledo</i>	3.604,52 €
<i>Junta de Freguesia do Vimeiro</i>	2.607,30 €

Lourinhã, 17 de novembro de 2015.

O Presidente da Câmara,

(*João Duarte Anastácio de Carvalho*) ”

Após uma explanação, por parte do Sr. **Presidente da Câmara**, sobre este assunto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** tomou a palavra para dizer que os membros que desejassem intervir, poderiam fazer a sua inscrição. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara:**

Disse que tanto a minuta de protocolo apresentada à Assembleia Municipal como a minuta enviada à junta de freguesia é generalizada e que seria importante mencionar aqui 2 pontos que não se aplicam a todas as freguesias, especialmente à freguesia de Santa Bárbara. O ponto n.º 2 da cláusula IV não se aplica à freguesia de Santa Bárbara, dado que não têm a responsabilidade de colocar pessoal no fornecimento e acompanhamento das refeições durante o período da hora do almoço, nem o pagamento dos respetivos vencimentos. Quanto ao ponto 5.º da mesma cláusula, apenas fornecem o material de limpeza. Além disso, não faz muito sentido constar aí as “reparações e manutenções”, porque não é através deste protocolo que a Junta assume as manutenções e as reparações das escolas, mas sim através do acordo de execução. Por isso devem ser corrigidos estes dois pontos.



**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

**Presidente da Câmara:**

Informou que este protocolo está bem elaborado, isto é, está correto. O outro protocolo onde se fará a delegação de competências virá na próxima sessão da Assembleia. Não tem nada a ver com este, são coisas distintas.

**Presidente da Junta de Freguesia de Santa Barbara:**

Referiu que não pode votar favoravelmente este documento, nem depois pode assinar o Protocolo, sobretudo por causa do ponto n.º 2 da cláusula IV. Basta verificar uma coisa muito simples, mais concretamente, o referido ponto n.º 2 indica que o pagamento dos respetivos vencimentos a funcionários ao longo de 1 ano e a verba que a freguesia de Santa Bárbara recebe é 1.000,00 €. Esta situação pode-se aplicar eventualmente a algumas freguesias, mas no caso da freguesia de Santa Bárbara, efetivamente, não se aplica. Não pode ser um protocolo generalizado, porque não se aplica o mesmo em todas as freguesias.

**Presidente da Câmara:**

Explicou que todas as situações estão devidamente definidas e acordadas com todas as juntas de freguesias. O documento que está em discussão é uma minuta, pelo que no documento final (protocolo) estas situações estarão em conformidade com as questões que o Presidente da Junta de Freguesia referiu.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 53 – “CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DAS VERBAS A TRANSFERIR PARA JUNTAS DE FREGUESIA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO / ANO LETIVO 2015-2016”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor, num universo de 29 presenças.

**PONTO VII – Proposta 54** – Discussão e votação da proposta conjunta do PS, PSD, CDS e PCP, relativa à **“DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (EFETIVOS E SUPLENTES) NA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA LOURINHÃ ”**, que em baixo se transcreve:

*“Tendo por base a alínea l) do Artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, republicada a 8 de setembro de 2015, propõe-se para representar a Assembleia Municipal na CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA LOURINHÃ, os seguintes Elementos:*

<b>EFETIVOS (3)</b>	<b>SUPLENTES (4)</b>
<i>Zita Maria da Silva Filipe</i>	<i>Fernando Alfredo da Costa Rodrigues</i>
<i>Celina Maria das Dores Fernandes</i>	<i>Francisco Luís Caldeira Bento</i>
<i>Joaquim Simões dos Santos</i>	<i>Maria Adelina Baldeira da Silva Barreto</i>

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

	<i>José Manuel Levy da Silva Soeiro</i>
--	---

*Lourinhã, 17 de novembro de 2015.*

*Grupo Municipal do PS*

*Grupo Municipal do PSD*

*Grupo Municipal do CDS*

*Grupo Municipal do PCP”*

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** começou por fazer uma explanação inicial sobre esta matéria. Após a referida explanação o membro **Joaquim Simões** pediu autorização para se ausentar, dado que a respetiva proposta iria ser alvo de discussão e votação e, por conseguinte, não querer participar por ser um elemento efetivo da lista apresentada. O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** autorizou que o membro Joaquim Simões se ausentasse, face às justificações apresentadas por este membro. Ausentou-se, igualmente, o membro **José Soeiro**, cuja ausência mereceu de igual modo autorização por parte do Presidente da Assembleia Municipal. De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos membros que desejassem intervir. Verificaram-se as seguintes inscrições:

**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS:**

**Nuno Sampaio:**

Referiu que, de facto, a CPCJ é uma entidade que desempenha funções muito importantes e, por isso, nesta altura, quer saudar o trabalho que esta comissão tem desenvolvido, em particular pelos membros eleitos por esta assembleia, que vão agora cessar funções. Queria, evidentemente, também desejar um bom trabalho aos membros que constituem esta lista conjunta. Quer ainda lembrar que continua em funções um membro eleito por esta assembleia, mais concretamente, a Ana Cristina Pacheco, indicada pelo Partido Social Democrata num anterior mandato. Sendo esta lista conjunta, por via do acordo de cavalheiros, como já é tradição e praxe desta assembleia, quer recordar que é por esse motivo que estão indicados apenas 3 efetivos em vez de 4, estando apenas indicado um membro do Partido Social Democrata, dado que, como mencionou, há mais um membro desta Comissão que foi proposto num anterior mandato pela bancada Partido Social Democrata e que irá continuar em funções por mais 1 ano. No entanto, quando chegar à altura dessa renovação, certamente, este acordo de cavalheiros e esta boa prática ainda será uma das convenções que estará em uso.

ATA 06/2015  
Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Informou ao membro Nuno Sampaio que na reunião que ocorreu com os líderes de bancada, na qual o membro Nuno Sampaio não esteve presente, tendo delegado na membro Teresa Faria, ficou logo assente que o próximo elemento será indicado pelo PSD, em substituição do elemento que está com um ano de atraso, mais concretamente, a Ana Cristina Pacheco. Por isso essa situação está devidamente salvaguardada.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação a **Proposta 54 – “DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (EFETIVOS E SUPLENTE) NA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA LOURINHÃ”**, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 27 votos a favor, num universo de 27 presenças. Estavam ausentes aquando da votação 2 membros.

**PONTO VIII** – Para Conhecimento - Informação n.º **09/2015**, de 09/11 da **COORDENAÇÃO FINANCEIRA - RELATIVA À “POSIÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, ASSUMIDOS DE 01 DE SETEMBRO A 31 DE OUTUBRO DE 2015”**, nos termos da Informação em anexo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que antes de dar como terminada esta sessão da Assembleia Municipal quer dizer que esta sessão decorreu dentro da normalidade, embora tenha existido um caso que era evitável. Mas há uma questão que quer colocar, dado que já foi abordada numa reunião com líderes das bancadas e prende-se com as ofensas sistemáticas, por parte de um município à Assembleia. Numa reunião de líderes de bancada foi dado conhecimento o teor de um email onde a Assembleia é enxovalhada pelo autor do referido email. Deste modo gostaria que numa próxima reunião de líderes se decidisse pôr uma providência cautelar ou outra situação que for entendida, para que o município em causa não possa ofender a Assembleia Municipal. Deste modo e para agir em conformidade, precisa do aval desta Assembleia Municipal.

Posto isto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, ainda no uso da palavra, solicitou o voto de confiança, para aprovar a presente ata em minuta. Tendo sido concedido.

Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente ata.

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a reunião quando eram 24,30 horas. Lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** e por nós que a subscrevemos.

\_\_\_\_\_(Presidente da Assembleia Municipal) -----

**ATA 06/2015**  
**Reunião Extraordinária de 26 de novembro de 2015**

\_\_\_\_\_ (1º Secretário) -----

\_\_\_\_\_ (2º Secretário) -----

